



Diário Eletrônico
Ministério Público do Rio Grande do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 13 de março de 2018.

Edição n. 2330

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	3
Súmulas de contratos.....	4
Editais.....	5
Avisos de licitações.....	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	9
---------------	---

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....	14
-------------	----

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Editais.....	28
--------------	----



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N. 069/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- o Doutor LUIS CESAR GONÇALVES BALAGUEZ, DD, Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório, para oferecer denúncia, bem como para acompanhar os demais trâmites do processo, sem prejuízo da análise de cabimento de eventuais medidas despenalizadoras, contra Rogério da Rosa Ferreira, com base no Termo Circunstanciado n. 059/2.17.0005345-7, oriundo da Vara Adjunta do Juizado Especial Criminal da Comarca de Osório, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 0563/2018).

REVOGAR

- parcialmente, a Portaria n. 0271/2018, que designou o Doutor MARCELO NAHUYS THORMANN, Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Rio Grande para oferecer denúncia, contra Gustavo Dias da Luz, com base no Processo n. 023/2.17.0006358-0, oriundo do Juizado da Violência Doméstica na Comarca de Rio Grande, única e exclusivamente, na parte em que o designa para acompanhar o feito (Port. 0573/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 130/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do §1º, do art. 7º da Resolução n. 02/2014, que a Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí promoveu o arquivamento dos Procedimentos Preparatórios Eleitorais n.ºs 00783.00256/2017, 00783.00267/2017, 00783.00257/2017, 00783.00270/2017, 00783.00260/2017, 00783.00273/2017, 00783.00275/2017, 00783.00262/2017, 00783.00255/2017, 00783.00264/2017, 00783.00259/2017, 00783.00254/2017, 00783.00278/2017, 00783.00266/2017, 00783.00261/2017, 00783.00258/2017, 00783.00281/2017, 00783.00280/2017, 00783.00272/2017, 00783.00279/2017, 00783.00274/2017, 00783.00265/2017, 00783.00263/2017, 00783.00277/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 131/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Bom Jesus, nos autos do RD n. 00725.00080/2017 indeferiu a instauração de Inquérito Civil

para apurar possível ato de improbidade administrativa praticado pelo Prefeito Municipal de Bom Jesus/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 132/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, nos autos da NF n. 01623.000.849/2017 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia anônima de descumprimento a Lei Federal n. 13.303/2016 pela empresa SULGÁS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 133/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Gaurama, nos autos da NF n. 01766.000.342/2017 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia de que Cooperativa, com sede no Município de Viadutos/RS, estaria fazendo a distribuição de alimentos, por meio do Programa Mais Alimentos - Fome Zero, a qual estaria ocorrendo em local inapropriado, sem condições para a distribuição e armazenamento de produtos, especialmente gêneros alimentícios.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 134/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Santo Augusto, nos autos da NF n. 01688.000.384/2017 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível direcionamento indevido de licitação para oficinas da SEHAS, no Município de Santo Augusto/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 135/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, nos autos do AT n. 01447.00746/2017 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível existência de criação indevida de animais, na residência localizada na Rua Gabriel



Rodrigues de Almeida, Bairro São Pedro, na Cidade de Santo Ângelo/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 136/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, nos autos do RD n. 00872.00665/2017 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível ocorrência de poda drástica em diversos pontos na Cidade de Santo Ângelo/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 137/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Gramado, nos autos da NF n. 01774.000.332/2017 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar eventual irregularidade em atendimento médico no Hospital Arcanjo São Miguel, em Gramado/RS, em decorrência de denúncia de cobrança de valores pelo SUS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 138/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, nos autos do RD n. 00780.00096/2017 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possíveis irregularidades no tratamento dispensado aos portadores de deficiência auditiva, na ocasião da aplicação da prova de vestibular da Faculdade Ideau, no Município de Getúlio Vargas/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 139/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Panambi, nos autos do RD n. 00819.00147/2017 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia de eventual dano ambiental decorrente do lançamento de resíduos sólidos direto no solo a céu aberto, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 140/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o responsável legal pela “Comunidade Terapêutica – Centro de Tratamento Aprendendo a Viver Ltda. - ME”, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Taquara promoveu o arquivamento do IC n. 00911.00051/2017, instaurado com o objetivo de apurar possíveis irregularidades no funcionamento do Centro de Tratamento Aprendendo a Viver Ltda. - ME, no Município de Taquara/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 141/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Gustavo Borges Barros, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande promoveu o arquivamento do IC n. 00853.00048/2015, instaurado com o objetivo de apurar possível ausência de licenciamento ambiental e danos ao meio ambiente no estabelecimento comercial Canguru Motos Peças, localizado na Rua Buarque de Macedo, n. 162, no Município de Rio Grande.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 142/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Izaias Rodrigues da Silva, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Giruá promoveu o arquivamento do IC n. 00781.00012/2014, instaurado com o objetivo de apurar possível dano ambiental por uso indevido de agrotóxico em região limítrofe da zona urbana e rural do Município de Senador Salgado Filho/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 070/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, a servidora ANA CAROLINA GRECO, Agente Administrativo, ID n. 4256417, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Nova Prata, uma vez por semana, no período de 08



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

de março a 08 de junho de 2018 (Port. 0599/2018).

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, a servidora ANA PAULA ANDRADE SCHUCH, Assessor de Promotor de Justiça I, ID n. 3949400, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, duas vezes por semana, no período de 12 de março a 12 de julho de 2018 (Port. 0641/2018).

- nos termos do Provimento n. 22/2010, a contar de 11 de março de 2018, o Dr. GUILHERME SANTOS ROSA LOPES como Diretor da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, até 30 de junho de 2018, exceto remoção/promoção que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 0653/2018).

REVOGAR

- a contar de 09 de março de 2018, a Portaria n. 3752/2015, que designou o servidor PAULO CESAR SULZBACH, Adido Corpo de Bombeiros Militares - CBM/RS, ID n. 2423235, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 0605/2018).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, THOMAS GRAEBIN VOGELMANN, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o sétimo (7º) lugar na Lista de Classificação da Região Planalto (Port. 0635/2018).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, DARLAN MONTAGNA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o oitavo (8º) lugar na Lista de Classificação da Região Planalto. (Port. 0637/2018).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, MATEUS SPERRY, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o sétimo (7º) lugar na Lista de Classificação da Região do Médio Uruguai (Port. 0638/2018).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n. 0635/2018, que nomeou THOMAS GRAEBIN VOGELMANN, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", deste órgão (Port. 0636/2018).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 08 de março de 2018, a servidora SOFIA STELLA, ID n. 4381998, do cargo de Agente Administrativo, classe "M", em virtude de posse no cargo de Secretário de Diligências, deste órgão (Port. 0640/2018).

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n. PR.00576.00942/2017-9, a pedido, a servidora efetiva CRISTIANE KOCH PUPERI, Assessor – Bacharel em Administração, classe "R", ID n. 3425266, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005, observado o artigo 7º da Emenda Constitucional n. 41/2003, artigos 40, § 9º, e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 158 da Lei Complementar n. 10.098/1994, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, incluindo a incorporação de 100% (cem por cento) da Função Gratificada de Assessor Superior, FG-11, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), nos termos da Lei n. 9.504/1992 e conforme artigo 102, e 25% (vinte e cinco por cento) de Gratificação Adicional, conforme artigo 100, e 55% (cinquenta e cinco por cento), referentes a 11 (onze) Avanços Trienais, conforme artigo 99, todos da Lei Complementar n. 10.098/1994.

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 08/03/2018, no Cargo de Secretário de Diligências – classe "M", SOFIA STELLA, tendo entrado em exercício em 08/03/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de março de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO

Processo PR.01075.00659/2008-2

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n. 93.802.833/0001-57 e Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, mantida pela Fundação Educacional de Criciúma - FUCRI, CNPJ n. 83.661.074/0001-04; **OBJETO:** Prorrogar por 5 (cinco) anos o Convênio de Estágio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 12/01/2018; Benhur Biancon Junior, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Luciane Bisognin Ceretta, Reitora. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 12 de março de 2018.

SÚMULA DO 22º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AJDG N. 085/2014 PROCESSO N. 0084-09.00/14-7 PREGÃO ELETRÔNICO N. 03/2014

CONTRATADA: ONDREPSB RS SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.; **OBJETO:** Suprimir, do objeto da avença, os seguintes postos de trabalho a contar da Ordem de serviço emitida pelo CONTRATANTE:

MP-RS/Torres – posto 24h.
MP-RS/Igrejinha – posto 08h48min, armado, diurno, dias úteis.
MP-RS/Candelária - posto 08h48min, armado, diurno, dias úteis
MP-RS/Sobradinho - posto 08h48min, armado, diurno, dias úteis
MP-RS/Santo Antônio da Patrulha - posto 08h48min, armado, diurno. dias úteis

Acrescer, ao objeto do ajuste, os seguintes postos de trabalho, a contar da Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE:

MP-RS/Porto Alegre, Unidade de Patrimônio - posto 24h, armado.
MP-RS/ São Luís Gonzaga - posto 08h48min, armado, diurno, dias úteis
MP-RS/Porto Alegre- CIACA- PJ Infância e Juventude- posto 08h48min, armado, diurno. dias úteis
MP-RS/São Leopoldo - posto 08h48min, armado, diurno. dias úteis

Em decorrência do disposto acima, o **valor mensal** do instrumento, após efetivação das alterações, passa a: Montante "A" R\$ 360.745,44, Montante "B" R\$ 62.746,49; Montante "C" R\$ 30.868,98 e "D" R\$ 32.241,76; **VALOR**



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

TOTAL: 486.602,678; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, inciso alíneas a, e § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE COMPRAS
PROCESSO SGA N. 00588.000.008/2018
PROCESSO SGCON N. 02405.000.090/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N. 059/2017

Aquisição de extintores para atender as adequações do PPCI (plano de prevenção e combate a incêndio) referente à Ata de Registro de Preços N. 026/2017, decorrente do Pregão Eletrônico N. 059/2017, firmada com a empresa: FCV - INDÚSTRIA PLATINENSE DE EXTINTORES LTDA, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	Extintor portátil com 4kg de pó BC - Capacidade extintora de 20BC	5,00	52,00
2	Extintor portátil com 06 kg de pó ABC - Capacidade extintora 40A - 40BC	17,00	63,00

Valor Total da aquisição: R\$ 1.331,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE COMPRAS
PROCESSO SGA N. 00588.000.022/2018
PROCESSO SGCON N. 02405.000.206/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N. 121/2017

Aquisição de blocos autônomos de iluminação de emergência referente a Ata de Registro de Preços N. 048/2017, decorrente do Pregão Eletrônico N. 121/2017, firmada com a empresa: PROLUX ILUMINACAO LTDA conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	Bloco autônomo de iluminação de emergência com acionamento automático na falta de energia, bivolt, base em poliestireno alto impacto na cor branca, difusor prismático, chassi refletor na cor branca, autonomia superior a 2 horas em capacidade máxima, com lâmpadas LED, dotada de bateria selada de Lítio, com fluxo luminoso em capacidade máxima superior a 100lm.	300,00	19,00

Valor Total da aquisição: R\$ 5.700,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE COMPRAS
PROCESSO SGA N. 00588.000.049/2018
PROCESSO SGCON N. 02405.000.106/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N. 067/2017

Aquisição de exaustor para banheiro referente à Ata de Registro de Preços N. 030/2017, decorrente do Pregão Eletrônico N. 067/2017, firmada com a empresa: FERRAGEM ELETROCOR - GUSTAVO ZORTEA conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	EXAUSTOR PARA BANHEIRO, FIXAÇÃO EM FORRO DE GESSO, CAPACIDADE DE RENOVAÇÃO NOMINAL DE AR DE 150M³/H, TUBULAÇÃO DE 120 /125MM, 220V OU BIVOLT, NA COR BRANCA O EQUIPAMENTO SE DESTINA A SUBSTITUIR APARELHOS COM DEFEITO, NÃO HÁ NECESSIDADE DE VIR COM TUBO DE INTERLIGAÇÃO E COM TAMPA DE SAÍDA DE AR. MODELO DE REFERÊNCIA: VENTOKIT 150	6,00	269,90



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

Valor Total da aquisição: R\$ 1.619,40; FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de março de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE COMPRAS
PROCESSO SGA N. 00588.000.050/2018
PROCESSO SGCON N. 02405.000.043/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N. 037/2017

Aquisição de material elétrico referente a Ata de Registro de Preços n. 014/2017, decorrente do Pregão Eletrônico N. 037/2017, firmada com a empresa : Odete L. B. Bez - Eireli- EPP conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde. (m)	Valor unitário
1	Cabo flexível, antichama, isolamento 750V, 1,5mm ² diversas cores (vermelho, amarelo, branco, azul, verde e preto)	600,00	0,40
2	Cabo flexível, antichama, isolamento 750V, 2,5mm ² diversas cores (vermelho, amarelo, branco, azul, verde e preto)	600,00	0,68
3	Cabo flexível PP, isolamento 750V, 2x1,5mm ²	100,00	1,33
4	Fita isolante antichama, com embalagem de proteção individual, 19mm X 20metros	60,00	4,00

Valor Total da aquisição: R\$.1.021,00; FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de março de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE COMPRAS
PROCESSO SGA N. 00588.000.052/2018
PROCESSO SGCON N. 02405.000.067/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N. 043/2017

Aquisição de aquisição de materiais de segurança eletrônica referente à Ata de Registro de Preços N. 023/2017, decorrente do Pregão Eletrônico N. 043/2017, firmada com a empresa: ANDRÉ DE DEUS LOPES - ANDRÉ DE DEUS LOPES, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	Central de alarme microprocessada, com frequência de operação dos controles de 433MHZ. com 4 zonas com fio e dlscadora. INTELBRÁS /ANM 2004 MF	6,00	229,00
2	Central de alarme microprocessada, com frequência de operação dos controles de 433MHZ. com 8 zonas com fio e dlscadora. INTELBRÁS /ANM 2008 MF	1,00	258,90
3	Teclado para senhas compatível com central oferecida nos itens 1-2-3. INTELBRÁS/XAT 3000	1,00	150,00
4	Sensor de presença com fio, compatível com central oferecida nos itens 1-2-3. INTELBRÁS/IVP 3000 CF	20,00	35,50
5	Base para fixação de sensor de presença (fixação na parede). STEELPLAST BR /ARTICULADOR.	20,00	2,00
6	Controle remoto para central de alarme, frequência de operação 433MHZ. INTELBRÁS/ XAC 4000 SMART	40,00	21,90
7	Sirene 12V para central de alarme. JR IT/JR IT	6,00	15,00

Valor Total da aquisição: R\$ 3.498,90; FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de março de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

SÚMULA DE COMPRAS
PROCESSO SGA N. 00588.000.053/2018
PROCESSO SGCON N. 02405.000.042/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N. 037/2017

Aquisição de material elétrico referente a Ata de Registro de Preços n. 014/2017, decorrente do Pregão Eletrônico N. 037/2017, firmada com a empresa Center Sponchiado LTDA conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	Módulo tomada 10A (similar ao Iriel linha Talari)	30,00	3,40
2	Módulo tomada 20A (similar ao Iriel linha Talari)	30,00	3,72
3	Suporte (bastidor) para 3 módulos 4x2 (similar ao Iriel Talari)	20,00	0,80
4	Suporte (bastidor) para 6 módulos 4x4 (similar ao Iriel Talari)	10,00	1,55
5	Placa 4x2 3 módulos (similar ao Iriel Talari)	20,00	0,81
6	Placa 4x4 6 módulos (similar ao Iriel Talari)	10,00	1,56
7	Módulo cego (similar ao Iriel Talari)	30,00	0,58

Valor Total da aquisição: R\$.294,30; FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de março de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO**
PROCEDIMENTO N. 00005.000.007/2018

CONTRATADA: JORNAL DO POVO LTDA.; **OBJETO:** Renovação de assinatura anual do Jornal do Povo, destinado à Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul; **VALOR TOTAL:** R\$ 582,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 12 de março de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. BENHUR BIANCON JUNIOR.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de março de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO**
PROCEDIMENTO N. 00005.000.006/2018

CONTRATADA: EDITORA PLENUM LTDA.; **OBJETO:** Renovação de 01 (uma) assinatura anual da Revista Internacional de Direito Ambiental, destinada à Biblioteca João Bonumá; **VALOR TOTAL:** R\$ 600,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 12 de março de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. BENHUR BIANCON JUNIOR.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de março de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N. 008/2018**
PROCEDIMENTO N. 02405.000.013/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES DE VENDAS E MARKETING DO BRASIL – ADVB/RS; **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços visando à realização de curso in company de Diclção e Oratória para Membros e Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência; **VALOR TOTAL:** R\$ 6.900,00; **VIGÊNCIA:** 270 dias à contar do dia 12 de março de 2018; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, inciso XIII, da leis Federais n. 8.666/93, Leis Estaduais n. 11.389/99
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de março de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.013/2018
CONTRATO N. 008/2018

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato em epígrafe, a servidora Nádia Novais da Rocha e, como sua substituta, a servidora Amanda Campani Lourenzi;
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de março de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCEDIMENTO N. 00005.000.005/2018**

CONTRATADA: NOVAKONO COMERCIAL E PROJETOS LTDA.; **OBJETO:** Assinatura anual da revista VEJA para o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça; **VALOR TOTAL:** R\$ 715,20; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 12 de março de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 2º ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ N. 09/2016
PROCESSO N. 0325-09.00/16-0**

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC; **OBJETO:** Prorrogação da vigência contratual, por 12 (doze) meses, a contar de 03 de março de 2018, não haverá reajuste de preço, ficam mantidas, inalteradas, as demais disposições do contrato. **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e cláusula décima do ajuste;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N. 032/2018

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n. 0166/2016, publicada no Boletim n. 024/2016, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 21/01/2016, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, serão eliminados os documentos constantes nos Termos de Eliminação de Documentos n. 89/2018 e n. 198/2017, preenchidos de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, http://www.mprs.mp.br/gestao_documental/ e na Unidade de Gestão Documental, Protocolo e Expedição, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de março de 2018.

DIOMAR JACINTA RECH,

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 19/2018 (PGEA n. 00581.000.007/2018) **Tipo:** Menor preço por item. **Objeto:** Aquisição de material de expediente (2.º pedido), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 27/03/2018, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** lotes 1 a 7: 27/03/2018, às 14 horas; lotes 8 a 13: 28/03/2018, às 14 horas; lotes 14 a 18: 29/03/2018, às 14 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de março de 2018.

MARIANO WESTPHALEN LORENZON,
Pregoeiro.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 20/2018 (PGEA n. 00581.000.005/2018) **Tipo:** Menor Preço por Item. **Objeto:** Aquisição de materiais de expediente diversos, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 29/03/2018, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** Lotes 01 a 09 - dia 02/04/2018, às 9 horas; Lotes 10 a 17 - dia 03/04/2018 às 14 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de março de 2018.

MARLY DE BARROS MONTEIRO,
Pregoeira.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 021/2018 (processo PGEA n. 00588.000.056/2018) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Aquisição de aparelhos de ar condicionado do tipo expansão direta, com condensação a ar remota (SPLIT), de fabricação seriada, com ciclo reverso (exceto o modelo "só frio") e rotação variável (INVERTER), do tipo "Hi-Wall", com gabinete na cor branca e acionamento por controle remoto sem fio, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 26/03/2018, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 26/03/2018, às 14 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de março de 2018.

LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA,
Pregoeiro.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 22/2018 (processo PGEA n. 00581.000.008/2018) **Tipo:** Menor preço por item. **Objeto:** Aquisição de materiais eletrônicos diversos, conforme



especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das posturas:** 27/03/2018, às 14 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 28/03/2018, às 09 horas, para os itens 1 a 5 e dia 29/03/2018, às 09h, para os itens 6 a 10. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis na página: http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: licitacoes@mprs.mp.br **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de março de 2018.

LEILA DENISE BOTTEGA RUSCHEL,
Pregoeira.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N. 07/2018

A COORDENADORA DO CAO DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00739.00011/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Felipe Teixeira Neto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas. OBJETO: Apurar lesão aos consumidores e à saúde pública em razão de severas irregularidades na exploração, pelas investigadas, da atividade comercial de drogaria, dentre elas a comercialização de produtos e medicamentos vencidos, sem registro na ANVISA e sem a devida retenção de receita no caso dos controlados. INVESTIGADA: Rafaela Kerber Correa ME.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00026/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janaina de Carli dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Segurança alimentar - possíveis irregularidades sanitárias no depósito de alimentos, sem as devidas condições de higiene. INVESTIGADO(S): Irmãos Andreazza Ltda. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00004/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberto José Taborada Masiero. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar atraso em entrega de obra pela Construtora Construart, localizada na Estrada Pauluzzi, 290, km 17, Gravataí. INVESTIGADO: Valdir Franceschi. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00006/2018. PROMOTORIA DE

JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberto José Taborada Masiero. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar falha na prestação de serviços pela empresa CPG Cursos Profissionalizantes Gravataí Eirelli - ME. INVESTIGADO(S): Cpg Cursos Profissionalizantes Gravataí Eirelli - ME. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberto José Taborada Masiero. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar falha na prestação de serviços da empresa Televisão Cidade S.A. INVESTIGADO(S): Televisão Cidade SA. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00794.00004/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Valério Cogo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. OBJETO: Investigar se os serviços médicos de Regis Elissandro Guitel estão inseridos na sua autorização legal regulamentar. INVESTIGADO: Regis Elissandro Guitel. LOCAL DO FATO: Ijuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00818.00003/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Guilherme Martins de Martins. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões. OBJETO: Procedimento instaurado para apurar irregularidades na produção e comercialização dos produtos fabricados pelas empresas investigadas Marcos Hunger & Cia Ltda e Indústria e Comércio de Embutidos e Carnes Alvorada Ltda, localizadas nos Municípios de Santo Ângelo e Novo Barreiro, respectivamente, e outras irregularidades porventura encontradas no decorrer da investigação. INVESTIGADOS(S): Andre Ademir Hunger, Indústria e Comércio de Embutidos de Carnes Alvorada Ltda - ME, Marcos Hunger & Cia Ltda e Marcos Luís Hunger. LOCAL DO FATO: Novo Barreiro/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.001.944/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: apurar suposta prática abusiva consistente na indução em erro do consumidor à contratação de seguro quando da aquisição de passagem aérea pela web. INVESTIGADO(S): Azul Linhas Aéreas. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.001.998/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Alteração unilateral de plano contratado. INVESTIGADO(S): Kinghost Hospedagens de Sites Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.000.507/2018. PROMOTORIA DE



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Produção/comercialização de Fertilizante Mineral Misto com teores dos micronutrientes Ferro e Molibdênio fora dos limites estabelecidos. INVESTIGADO(S): Mondial Indústria de Fertilizantes Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01127.00001/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maria Rita Noll de Campos. CLASSIFICAÇÃO: Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha. OBJETO: Investigar a adequação da Estação de Tratamento de Água - ETA - da CORSAN em Cachoeirinha para promover a potabilidade da água que abastece a população. INVESTIGADO(S): Corsan - Cachoeirinha. LOCAL DO FATO: Cachoeirinha.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de Março de 2018.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do CAO do Consumidor e da Ordem Econômica.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 08/2018

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00711.00004/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlia Flores Schutt. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete. OBJETO: Apurar descumprimento de Termo de Ajustamento de conduta. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Alegrete.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01716.000.069/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande. OBJETO: Verificar o cumprimento, pelo Município, das condicionantes da LO n. 06938/2017-FEPAM. INVESTIGADO(S): Município De Arroio Grande. LOCAL DO FATO: Arroio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01716.000.020/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande. OBJETO: Dano ao meio ambiente e à saúde pública causado pelo acúmulo irregular de resíduos sólidos. INVESTIGADO(S): Jocilii Horner

Pereira. LOCAL DO FATO: Arroio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00717.00003/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arvorezinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo Estevam Costa Castro Araújo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arvorezinha. OBJETO: Apurar a regularidade do aterro sanitário existente no Município de Putinga, distando 3,5 KM da sede municipal. INVESTIGADO(S): Município de Putinga. LOCAL DO FATO: Putinga/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00722.00007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Elcio Resmini Meneses. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves. Objeto: averiguar dano ambiental face ao exercício de atividade potencialmente poluidora, em área de preservação permanente e sem a devida licença ambiental. Investigado: Ademir Lorenzini. Local do Fato: Bento Gonçalves/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00725.00009/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bianca Acioly de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus. OBJETO: Apuração de noticiado dano ambiental consistente no lançamento de efluentes de água servida e dejetos, provenientes de esgoto sanitário doméstico, diretamente ao solo e a céu aberto, sem possuir sistema de filtro, fossa e sumidouro, adequados, fato constatado no dia 08/12/2013, conforme BOTC 3552710. INVESTIGADO(S): Enor Francisco de Oliveira. LOCAL DO FATO: Jaquirana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00728.00010/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Débora Jaeger Becker. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. OBJETO: Investigar a omissão da proprietária de terrenos localizados na Rua Joaquim Sena Ribeiro, n. 1323, Bairro Bo Retiro, Cachoeira do Sul, bem como a omissão do setor de posturas do Município e da Secretaria do Meio Ambiente, na observância "DAS MEDIDAS DA SEGURANÇA PÚBLICA E DAS PROPRIEDADES", previstas no Código de Postural Municipal, Lei Complementar n. 001/2004, além das normas pertinentes ao licenciamento ambiental (Resolução n. 288/2014 do CONSEMA). INVESTIGADOS(S): Jaqueline Pereira Boynk e Município de Cachoeira do Sul.

ADITAMENTO À PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00735.00003/2014. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campo Novo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dinamária Maciel de Oliveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Novo. OBJETO: investigar possível dano ambiental em virtude da destruição, sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, de uma área de mata ciliar, considerada como Área de Preservação Permanente (APP), medindo aproximadamente 25.560m² (vinte e cinco mil e quinhentos e sessenta metros quadrados), às margens da Barragem da PCH Gonzato, de propriedade da CESBE, situada na localidade de Esquina São Gonzato, interior do Município de Campo Novo (RS).



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

INVESTIGADO: CAMPO NOVO ENERGIA S/A, CNJ 07.018.663/0002-63, localizada na Rua Major Eugênio Corrêa, n. 332, na cidade de Campo Novo (RS). LOCAL: CAMPO NOVO (RS).

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00743.00017/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Carazinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Costa. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho. OBJETO: Investigar eventual dano ambiental ou à saúde pública pelo mau cheiro produzido pela empresa Nestlé, no Distrito Industrial de Carazinho/RS. INVESTIGADO(S): Nestlé Brasil Ltda. LOCAL DO FATO: Carazinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00031/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janaina de Carli dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Investigar possível ocorrência de dano ao meio ambiente (contaminação do solo) ou de risco à saúde pública decorrente de vazamento e acúmulo de resíduos líquidos em terreno próximo à residência da representante. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00762.00006/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diego Pessi. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim. OBJETO: Apurar "edificação de obra em alvenaria sem projeto aprovado e sem autorização da Prefeitura em área de preservação permanente" fato constatado no dia 16 de fevereiro de 2018, na Rua Constantino Poletto 305, Município de Erechim/RS, constando como investigada Cristiane Fátima Alberti Ribeiro da Silva. INVESTIGADO(S): Cristiane Fátima Alberti Ribeiro da Silva. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00762.00007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diego Pessi. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim. OBJETO: Apurar poluição causada por problemas de saneamento básico (esgoto a céu aberto) entre as Ruas Maranhão e Espírito Santo. INVESTIGADOS(S): Município de Erechim e Responsável pelo Loteamento localizado entre as Ruas Maranhão e Espírito Santo. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00768.00006/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André de Azevedo Coelho. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio. OBJETO: Denúncia sobre corte de uma árvore em frente a sua árvore. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Esteio.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00768.00008/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André de Azevedo Coelho. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da

Promotoria de Justiça Especializada de Esteio. OBJETO: apurar a o exercício de atividade em draga de areia em desacordo com a Licença de Operação. Requerente: 2º Pelotão Ambiental de Sapucaia do Sul. INVESTIGADOS(S): João Batista Duarte, Nilton Diego Camillo Ferraz Epp e Sandra Kadige Camillo Muller. LOCAL DO FATO: Esteio.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00771.00011/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Farroupilha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Formolo Hendler. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha. OBJETO: Objeto: dano ambiental decorrente do exercício de atividade de lavagem de veículos desprovida de Licença de Operação Investigado: TIAGO CRISPIN DE OLIVEIRA. Local: Rua André Colombo, esquina com Rua Modesto Piccoli, Bairro América, em Farroupilha/RS. INVESTIGADO(S): Tiago Crispin de Oliveira. LOCAL DO FATO: Farroupilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01774.000.119/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Gramado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Max Roberto Guazzelli. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado. OBJETO: Recuperação de área degradada por depósito localizado na Linha 28, s/n., em Gramado, RS (matrícula n. 6.220). INVESTIGADO(S): A. S. Brezolla Terraplenagem Ltda. LOCAL DO FATO: Gramado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00005/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberto José Tabora Masiero. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar a existência de 02 (dois) poços artesanais irregulares, altamente poluídos, na Rua Adolfo Inácio Barcelos, 1525, em Gravataí/RS. INVESTIGADO(S): a Apurar. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00009/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar supressão de vegetação nativa sem autorização ambiental na Estrada Ozi Costa, s/n., interior de Glorinha, tendo como investigado o Sr. Marciano da Gama Boeno. INVESTIGADO(S): Marciano da Gama Boeno. LOCAL DO FATO: Glorinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00010/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar supressão de vegetação nativa sem autorização ambiental, bem como a queima de resíduos oriundos do desmatamento na Rua Dário Rosa Vargas, s/n., Centro de Glorinha. INVESTIGADO(S): Adair Cassol. LOCAL DO FATO: Glorinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00011/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de



Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar a supressão de vegetação nativa em APP (banhado) sem as devidas licenças ambientais, na Estrada Ozi Costa, s/n, interior de Glorinha, tendo como investigado Valdoir Armindo Scherer. LOCAL DO FATO: Glorinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01796.000.017/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leandro Tatsch Bonatto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque. OBJETO: Apurar danos ambientais consistentes na destruição e danificação de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, 2,7 hectares, constatados em 12 de dezembro de 2016, com a utilização de um trator esteira e de uma draga, contratados de terceiros, para futura transformação da área em lavoura; decorrentes da supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, 0,34 hectare, em área de reserva legal, 1,26 hectare, e em área remanescente de vegetação nativa, 6, 9 hectares, constatados em 11 de maio de 2017; e, ainda, provenientes da supressão de vegetação nativa fora de área de preservação permanente, 6,9 hectares, e em área de preservação permanente, 1,48 hectare, de eucaliptos em área de preservação permanente, 1,57 hectare, e da abertura de valas em área de preservação permanente, 99 metros de cumprimento, constatados em 21 de novembro de 2017; sem autorização do órgão ambiental competente, em propriedade localizada no interior do Município de Tio Hugo. INVESTIGADO(S): Antônio Cesar Girelli, Lúcio da Silva Binelo. LOCAL DO FATO: Não-Me-Toque.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00814.00013/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro de Souza Ferreira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar a possível criação irregular de codornas e ovos, operando sem a licença ambiental, de responsabilidade de Leonardo Tauchem dos Santos e Marcos Antonio Cassanelli, na Estrada do Quilombo, n. 320, casa n. 03 em Novo Hamburgo/RS. Investigados: Leonardo Tauchem dos Santos e Marcos Antonio Cassanelli. Local: Estrada do Quilombo, n. 320, casa 03, Novo Hamburgo. INVESTIGADOS(S): Leonardo Tauchem dos Santos e Marcos Antonio Cassanelli. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00818.00006/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Guilherme Martins de Martins. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões. OBJETO: Procedimento instaurado para investigar a situação em que se encontra a regularização dos poços particulares de captação de águas subterrâneas que carecem de outorga do Poder Público e outras irregularidades por ventura encontradas. INVESTIGADOS(S): Arsenio de Boni, Condomínio Miguel Ângelo, Darci Miguel Sperafico, Edes Lino Colussi, Esporte Clube Palmeirense, Gilberto Braz Agnolin, Hélio de Carli, José Valdemar Guerin, Martins e Martins – Estação Rodoviária, Osmar Vargas Beck, Posto da Baixada Ltda, Rudiberto Lencina Mafalda (Mercado Gauchinho), Valdete Dorneles, Vanessa Lagomarsino Beck e Wilson Park Hotel Ltda. LOCAL DO FATO: Município de Palmeira das Missões/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00041/2018. PROMOTORIA DE

JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo da Silva Cirne. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: ESGOTO - DESTINAÇÃO IRREGULAR EM APP, NA LOCALIDADE DA RUA DIOGO DE OLIVEIRA, 94, SÃO GERALDO, NESTA CIDADE, TENDO COMO INVESTIGADA DORALICE REZENDE DA SILVA E COMO O REQUERENTE 3º BABM. INVESTIGADO(S): Doralice Rezende da Silva. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00042/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo da Silva Cirne. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: PRÁTICA DE DANOS CONTRA A FLORA - CORTE E QUEIMA DE VEGETAÇÃO NATIVA EM APP, LOCALIZADO NA RUA ALFREDO RODRIGUES, 317/A, NESTA CIDADE, TENDO COMO INVESTIGADOS LAR EIMILIANO LOPES E SANDRO LUIS DE OLIVEIRA E COMO O REQUERENTE 3º BABM. INVESTIGADOS(S): Lar Emiliano Lopes e Sandro Luis de Oliveira. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00043/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo da Silva Cirne. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: PRÁTICA DE DANOS À FLORA - ATERRAMENTO IRREGULAR EM APP, LOCALIZADO NA RUA DOM PEDRITO, 01, NESTA CIDADE, TENDO COMO INVESTIGADO ROMEU FUCHS E COMO O REQUERENTE 3º BABM. INVESTIGADO(S): Romeu Fuchs. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.026/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Schenato. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: DANO AMBIENTAL CONSISTENTE USO DE FOGO EM ATIVIDADE AGROPASTORIL. INVESTIGADO(S): DIRCEU NATAL MARTINI. LOCAL DO FATO: Sananduva.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.010/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Schenato. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: Relatório de ocorrência ambiental Patram lagoa. INVESTIGADO(S): DIONI MUSSATTO, ANDRÉ CECHIN. LOCAL DO FATO: Sananduva.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.028/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Schenato. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: CORTE RASO DE ÁRVORES SEM LICENÇA AMBIENTAL SELMAR PICININ. INVESTIGADO(S): SELMAR PICININ. LOCAL DO FATO: Sananduva.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.018/2018. PROMOTORIA DE



JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Schenato. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: Poluição e atividade potencialmente poluidora sem licença, gerando danos ao meio ambiente. INVESTIGADO(S): Daiza Barbara Garcia. LOCAL DO FATO: Sananduva.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.024/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Schenato. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: TANQUE AÉREO DE COMBUSTÍVEL SEM LICENÇA AMBIENTAL E FORA DAS NORMAS ELTON QUADRI. INVESTIGADO(S): ELTON QUADRI. LOCAL DO FATO: Sananduva.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.020/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Schenato. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: POLUIÇÃO ATRAVÉS DE QUEIMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS A CÉU ABERTO (MURILO ZAMBONI). INVESTIGADO(S): MURILO ZAMBONI. LOCAL DO FATO: Sananduva.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.00020/2013. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maurício Trevisan. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria. OBJETO: "Reciclagem (coleta, separação) e comercialização de resíduos sólidos de diversas espécies (urbanos, eletrônicos etc.) sem licenciamento ambiental, em pavilhões cedidos pela União ao Município de Santa Maria, na Av. Borges de Medeiros, n. 511, local denominado "Km 2", em Santa Maria". Investigados: a empresa individual VALDIR JOÃO DO NASCIMENTO – ME (nome de fantasia CENTRO-SUL COMÉRCIO DE METAIS), e seu responsável legal, a pessoa física correlata, e ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM SELETIVA DE LIXO ESPERANÇA – ARSELE (nome de fantasia ARSELE), e seu representante legal, a pessoa física de Terezinha de Jesus Ayres Domingues. INVESTIGADOS(S): Associação de Reciclagem Coletiva de Lixo Esperança - Arsele, Terezinha de Jesus Ayres Domingues, Valdir João do Nascimento e Valdir João do Nascimento Me. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01868.000.160/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Meirelles Caldas. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. OBJETO: Referente ao engenho da arrozeira Almeida que esta localizado dentro da Cidade, os moradores reclamam pois a fumaça está prejudicando a saúde. . INVESTIGADO(S): Arrozeira Almeida. LOCAL DO FATO: Santa Vitória do Palmar.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00872.00011/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paula Regina Mohr. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. Objeto: averiguar a regularização do esgotamento sanitário nos Bairros Schirmer e Rogowski, mediante implantação de rede

coletora pela CORSAN. Local: Bairros Schirmer e Rogowski, em Santo Ângelo. Investigado: CORSAN.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00875.00001/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. OBJETO: Apurar dano ambiental decorrente de construções em APP na sede do investigado, localizada na Rua Lourenço Corrêa Gomes, n. 1000, Centro, Município de Caraá/RS. INVESTIGADO(S): Central Futebol Clube. LOCAL DO FATO: Caraá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00878.00007/2018. Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Marchi Juchen. CLASSIFICAÇÃO: Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. OBJETO: Corte de árvores nativas e queima de galhos das referidas árvores sem Licença Ambiental. INVESTIGADO(S): Luis Pedro Lamana. LOCAL DO FATO: São Borja.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00878.00006/2018. Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Marchi Juchen. CLASSIFICAÇÃO: Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. OBJETO: Depósito de gás com licença vencida e em desacordo com a referida. INVESTIGADO(S): Luiz Roberto Dellaglio. LOCAL DO FATO: São Borja.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01876.000.046/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiana Müller Chatkin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: Apura possível funcionamento irregular da Cooperativa Pomerano, em São Lourenço do Sul. INVESTIGADO(S): Cooperativa Pomerano. LOCAL DO FATO: São Lourenço do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00903.00047/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mauricio Sanchotene de Aguiar. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades em obras, as quais possivelmente vem causando alagamentos na COHAB, em Sapucaia do Sul (RS), constando como investigada Atacadão S/A e como reclamantes Percy Fortuna, Carlos Vilmar da Luz, Marco Antonio da Fontoura Bittencourt e Claudionor Batista Tavares. INVESTIGADO(S): Atacadão S.A. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00914.00013/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Roberto Silva de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: construção sobre área de preservação permanente. INVESTIGADO(S): Pedro Martins. LOCAL DO FATO: Estrada Geral, s/n., Rio de Dentro, Mampituba/RS.



TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00922.00007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguiana. OBJETO: PROCEDIMENTO EM OCORRÊNCIA AMBIENTAL POA N. 049/2017 - OFÍCIO N. 281/2017 - POR LANÇAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, OU PARTICULADOS (PÓ) ORIUNDOS DA LAVRA E BENEFICIAMENTO DE ROCHA BASÁLTICA PARA A PRODUÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA EXERCIDA PELA EMPRESA ICCILA, EM DESACORDO COM AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS EM LEIS OU REGULAMENTOS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Uruguiana.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00922.00047/2012. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguiana. OBJETO: Apurar a ausência de sistema de logística reversa de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, pilhas e baterias por estabelecimentos comercializadores desses produtos em Uruguiana. INVESTIGADOS: Município de Barra do Quaraí/RS - Rua Quaraí, 88, CEP: 97538-000.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01595.000.484/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Vera Cruz. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maria Fernanda Cassol Moreira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vera Cruz. OBJETO: Apurar eventual dano ambiental atribuído a Egon Klinger em Linha Capão, s/n., Interior, Vera Cruz/RS. INVESTIGADO(S): Egon Klinger. LOCAL DO FATO: Linha Capão, s/n., Interior, Vera Cruz/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00930.00076/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. OBJETO: Dano ambiental consistente no depósito irregular de resíduos sólidos na esquina da Rua João Batista com a Rua Santa Úrsula, em Viamão/RS. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00930.00101/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anelise Grehs Stifelman. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. OBJETO: Investigar a ocorrência de dano ambiental consistente na intervenção em Área de Preservação Permanente decorrente da instalação do empreendimento imobiliário denominado "Santa Isabel", situado na Rua Paraná, n. 246, bairro Santa Isabel, em Viamão/RS. INVESTIGADO(S): Encorp Engenharia e Construções Ltda. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01654.000.315/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Igrejinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Brenusa Marquardt Corleta. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. OBJETO: Averiguar atividade de lavra de

rocha - a céu aberto - com uso de explosivos, com britagem e com recuperação da área degradada, conforme LO n. 01443/2014-DL e LO n. 06931/2017. INVESTIGADO(S): BRIPAVE EXTRAÇÃO DE PEDRAS - EPP, MINEROPAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP. LOCAL DO FATO: Estrada da Pedreira, s/n. e Rua Abílio Deecken, s/n., ambos em Igrejinha/RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00933.00026/2010. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Igrejinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Brenusa Marquardt Corleta. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. OBJETO: APURAR DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE CORTE DE VEGETAÇÃO NATIVA, NO IMÓVEL LOCALIZADO NA ESTRADÁ GERAL SOLITÁRIA ALTA, EM NOVA HARTZ/RS - INVESTIGADO: PAULO HAHN INVESTIGADO(S): Paulo Hahn. LOCAL DO FATO: Igrejinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01212.00020/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Chim Lopes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório. OBJETO: Investigar ocorrência de corte de vegetação nativa, sem licença ambiental, no interior do condomínio de casas Bell Ville, com endereço na Rua da Lagoa, n. 1111, em Osório/RS. INVESTIGADO(S): Marta Wolff. LOCAL DO FATO: Osório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de Março de 2018.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do CAO de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 12/2018

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 20 de Março de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO DA SILVA VALDEZ: Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre:** 01) Processo n. IC.00834.00036/2012: Objeto: averiguar denúncia de irregularidade na clínica Gramado, especialmente com relação à suposta falta de responsável técnico desde 2007. Local: Porto Alegre/RS. Partes: Clínica Gramado e Secretaria Municipal da Saúde. 02) Processo n. IC.01411.00021/2016: Objeto: investigar a efetiva aplicabilidade, nas escolas municipais do município de Cerro Grande do Sul, das Leis N. 10.639/2003 e N. 11.645/2008, que introduziram modificações nos Artigos 26, 26-A e 79-B, da Lei N. 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases, o que impõe dentre outros, que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se



obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (Artigo 26 A, caput, da Lei N. 11.645/2008); devendo os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serem ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras (artigo 26 A, §2º, da Lei N.11.645/2008). Local: Cerro Grande do Sul/RS. Partes: Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação de Cerro Grande do Sul e Município de Cerro Grande do Sul. 03) Processo n. IC.01411.00032/2014: Objeto: verificação sobre a existência de Sistema Municipal de Ensino, Conselho Municipal de Educação e Plano Municipal de Educação no Município de Sertão Santana, bem como a adoção de medidas para a sua criação, acaso inexistentes, e adequação da legislação ao novo Plano Nacional de Educação. Local: Sertão Santana/RS. Partes: Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre - 9ª PJJ e Município de Sertão Santana. 04) Processo n. IC.01411.00040/2014: Objeto: verificação sobre a existência de Sistema Municipal de Ensino, Conselho Municipal de Educação e Plano Municipal de Educação no Município de Triunfo, bem como a adoção de medidas para a sua criação, acaso inexistentes, e adequação da legislação ao novo plano nacional de educação. Local: Triunfo/RS. Partes: Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre - 9ª PJJ e Município de Triunfo. 05) Processo n. IC.01411.00044/2016: Objeto: investigar o adequado funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar de Cerro Grande do Sul - CAE, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei N. 11.947/2009 e Artigos 34, 35, 36 e 37 da Resolução N. 26, de 17 de Junho de 2013, do FNDE. Local: Cerro Grande do Sul/RS. Partes: Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, Conselho de Alimentação Escolar de Cerro Grande do Sul e Município de Cerro Grande do Sul - Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cerro Grande do Sul. 06) Processo n. IC.01411.00049/2016: Objeto: investigar o adequado funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar de Gravataí - CAE, nos termos dos Artigos 18, 19 e 20 da Lei N. 11.947/2009 e Artigos 34, 35, 36 e 37 da Resolução N. 26, de 17 de Junho de 2013, do FNDE. Local: Gravataí/RS. Partes: Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, Conselho de Alimentação Escolar de Gravataí, Município de Gravataí - Secretaria Municipal de Educação. 07) Processo n. IC.01411.00068/2016: Objeto: investigar a regularidade da oferta, qualidade e quantidade da alimentação escolar a ser fornecida aos estudantes da rede estadual de ensino no município de Barão do Triunfo, em atenção aos dispositivos referentes ao direito humano à alimentação adequada e ao direito a estar livre da fome e, ainda, se está sendo observada a legislação referente à alimentação escolar, inclusive quanto à forma de aquisição dos gêneros alimentícios nos termos da Lei Federal N. 11.947/2009. Local: Barão do Triunfo/RS. Partes: Promotoria de Justiça Terapêutica Regional da Educação de Porto Alegre e Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Estado da Educação/RS. 08) Processo n. IC.01411.00075/2016: Objeto: investigar a regularidade da oferta, qualidade e quantidade da alimentação escolar a ser fornecida aos estudantes da rede estadual de ensino no município de Eldorado do Sul, em atenção aos dispositivos referentes ao direito humano à alimentação adequada e ao direito a estar livre da fome e, ainda, se está sendo observada a legislação referente à

alimentação escolar, inclusive quanto à forma de aquisição dos gêneros alimentícios nos termos da Lei Federal N. 11.947/2009. Local: Eldorado do Sul/RS. Partes: Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre e Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Estado da Educação/RS. 09) Processo n. IC.01411.00146/2016: Objeto: investigar a efetiva aplicabilidade nas Escolas Estaduais do Município de Arroio dos Ratos, das Leis N. 10.639/2003 e N. 11.645/2008, que introduziram modificações nos Artigos 26, 26-A e 79-B, da Lei N. 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases, o que impõe dentre outros, que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (Artigo 26 A, caput, da Lei N. 11.645/2008); devendo os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serem ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras (Artigo 26 A, §2º, da Lei N. 11.645/2008). Local: Arroio dos Ratos/RS. Partes: Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, Secretaria de Estado da Educação/RS e Estado do Rio Grande do Sul. 10) Processo n. PA.01411.01340/2017: Objeto: apurar eventuais irregularidades no programa de acolhimento institucional mantido pela Ação Social Aliança, decorrentes da entrega de criança aos padrinhos afetivos sem autorização judicial. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre**: 11) Processo n. IC.00833.00115/2014: Objeto: apurar irregularidade de dragagem do Rio Gravataí entre as pontes da BR-448 e a ponte da BR 116, que liga as Cidades Porto Alegre a Canoas, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre**: 12) Processo n. IC.00829.00015/2017: Objeto: apurar supostas irregularidades consistentes na nomeação de Thiago Mainardi para o cargo de Coordenador de Assessorias da Fepagro, pois ele é advogado em uma ação (1.09.0211226-3) contra o Estado do Rio Grande do Sul e, também, por supostamente ser sobrinho do Chefe de Gabinete da Fepagro, Sr. Aceli da Silveira. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**: 13) Processo n. IC.01128.00017/2014: Objeto: averiguar a possibilidade de manter o atendimento realizado pelo Hospital Moinhos de Vento à população das Ilhas da Pintada, Maúa, Grande dos Marinheiros e Flores. 14) Processo n. IC.01128.00032/2017: Objeto: averiguar a falta do medicamento Mesalazina 1g (supositório) na Farmácia do Estado. 15) Processo n. IC.01128.00057/2014: Objeto: apurar as irregularidades na geriatria Nossa Senhora dos Navegantes Ltda., localizada na Avenida Montreal, N. 515, Bairro Jardim Lindoia, nesta capital. 16) Processo n. IC.01128.00151/2011: Objeto: investigar o cumprimento das recomendações expedidas na Auditoria Operacional do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, no executivo Municipal de Porto Alegre, relativas às Ações Governamentais na Área da Estratégia da Saúde da Família, exercícios 2008 e 2009. Local: Porto Alegre. Partes: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Porto Alegre. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alegrete**: 17) Processo n. IC.00712.00008/2016: Objeto: averiguar eventuais irregularidades relacionadas à entrada de menores de idade no estabelecimento investigado e ao consumo de álcool no



local, também por menores de idade. Investigado: Beer House. Local: Alegrete/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Antônio Prado:** 18) Processo n. IC.00714.00006/2012: Objeto: averiguar intervenção em APP, construção de açudes, sem possuir as autorizações competentes. Local: Vendinha do Mel, Município de Ipê/RS: Parte: João Luiz Mazzarotto. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana:** 19) Processo n. IC.00937.00004/2014: Objeto: apurar o dano ambiental consistente em executar atividade em área de preservação permanente, sem licença ou autorização do Órgão Ambiental Competente. O dano ambiental ocorreu na Localidade de Assentamento Botão de Ouro, interior do Município de Jóia/RS, sendo autor do dano e investigado Idemar Soldera. 20) Processo n. IC.00937.00005/2014: Objeto: apurar o dano ambiental consistente em destruição de árvores nativas em área de preservação permanente, sem autorização do Órgão Ambiental Competente. O dano ambiental ocorreu na Localidade de Rincão dos Pires, interior do Município de Jóia/RS, sendo autor do dano e investigado Odenir José Basso. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé:** 21) Processo n. IC.00718.00043/2016: Objeto: apurar poluição sonora proveniente de baillões realizados na sede da AABB, em Bagé. Investigada: Associação Atlética Banco do Brasil/A.A.B.B. Local: Av. Tupi Silveira, Centro, Bagé. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul:** 22) Processo n. IC.00729.00004/2016: Objeto: averiguar e adotar providência em relação ao comércio ilegal de produtos ópticos (óculos de proteção solar), sem estarem devidamente licenciados, no município de Cachoeira do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha:** 23) Processo n. IC.01127.00009/2006: Objeto: apuração de possíveis danos causados a crianças e adolescentes por medida adotada pela CORSAN consistente no corte de água, atingindo cerca de quinze famílias na Rua Nelson Oliveira Lopes (Loteamento Chico Mendes), neste Município. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Candelária:** 24) Processo n. IC.00736.00002/2015: Objeto: supostas irregularidades em serviços de remoções fúnebres. 25) Processo n. IC.00736.00002/2016: Objeto: apurar possíveis defeitos em canalização instalada em condomínio de propriedade de Artêmio Rohde, localizado na RSC 287, após o trevo do Bairro Marilene, à direita da via, que estaria provocando alagamentos nas residências da Rua Garibaldi, Bairro Marilene, na cidade de Candelária. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas:** 26) Processo n. IC.00739.00004/2014: Objeto: apurar irregularidades na construção do condomínio Agora Canoas, com potencial para acarretar lesão aos interesses dos consumidores (direito individual homogêneo) e risco à segurança das edificações (direito coletivo stricto sensu). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa:** 27) Processo n. IC.00745.00011/2002: Objeto: verificar possíveis irregularidades em virtude da construção do Loteamento Florensa II, empreendimento da Construtora Urb Serra, com obstrução e aterramento da nascente de um riacho lançado esgoto sem tratamento em poços d'água e a céu

aberto, em Carlos Barbosa, RS. Requerente: Jair Guerra. Investigado: Construtora Urb Serra. 28) Processo n. IC.00745.00011/2015: Objeto: apurar eventuais irregularidades na produção de embalagens para alimentos com a utilização de PET reciclada, em desacordo com a legislação aplicável. Investigado: Galvanotek Embalagens Ltda - CNPJ 94319589000139 localizada na Rua Leonilda Maffacioli Baldasso n.326, Bairro São Paulo, no Município de Carlos Barbosa. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca:** 29) Processo n. IC.00746.00019/2014: Objeto: avaliar e disciplinar a frequência de adolescentes em casas noturnas da Comarca. Local: Comarca de Casca. Partes: Destilaria, Clube União São Domingos, Moenda Club, Clube Cerca, Clube Gercan, Casa Rosada Pub, UP Eventos, Altas Horas Comércio de Bebidas. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 30) Processo n. IC.00748.00059/2016: Objeto: possível irregularidade na expedição de licenciamento ambiental para loteamento industrial. Partes: representante: De Ofício - representado: FEPAM e ANC Comércio de Imóvel e Serviços Ltda. Local do Fato: Caxias do Sul. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 31) Processo n. IC.00748.00371/2007: Objeto: falta de treinamento e qualificação para contenção de pacientes na Clínica Professor Paulo Guedes Ltda., com resultado de morte de paciente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 32) Processo n. PI.00748.00111/2017: Objeto: comunicação do Cartório de Registro de Títulos e Documentos acerca de lavratura de registro envolvendo área supostamente irregular. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cerro Largo:** 33) Processo n. IC.00751.00002/2017: Objeto: construção e dano à flora em área de preservação permanente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Crissiumal:** **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim:** 34) Processo n. IC.00762.00003/2014: Objeto: apurar eventual dano ao meio ambiente em decorrência de possível intervenção em área de preservação permanente, mediante drenagem, desvio e canalização de recurso hídrico, sem o devido licenciamento ambiental, para a construção do trevo de acesso à Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS, em área situada no Km 72 da RS 135, bem como possíveis irregularidades na sua construção, e deficiência de sinalização e iluminação do local, tendo como investigados o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Sul DAER-RS, a Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR e a empresa Construtora Rimarco Ltda ME. 35) Processo n. IC.00762.00020/2017: Objeto: apurar a supressão de vegetação nativa em uma área de 0,5022 hectares, bem como a aplicação de veneno em árvores nativas. Fato constatado no dia 12 de julho de 2017, na Linha Vinte e Dois, Fazenda Santa Sofia, interior do Município de Erechim (RS), tendo como investigado Luis Henrique Lando. 36) Processo n. IC.00762.00032/2013: Objeto: apurar a supressão de vegetação nativa através de destoque, em uma área de 0,57 hectare, atingindo as espécies de Angico, Açaita-Cavalo, Canela, entre outras, fato constatado no dia 04 de outubro de 2012, na Linha Morro do Emiliano, em Severiano de Almeida (RS), tendo como investigado João José Zampin.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

37) Processo n. IC.00762.00046/2011: Objeto: apurar o corte seletivo de 15 (quinze) árvores nativas das espécies de açoita-cavalo, canela e louro, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado em 15 de dezembro de 2010, na Rua Campo Alegre, em Barra do Rio Azul (RS), devendo constar como investigado Decio Martinho Agostini. 38) Processo n. IC.00762.00063/2013: Objeto: acompanhar o Projeto de Recuperação Ambiental protocolizado sob o n. 026/2012 em 20/03/2012 na Prefeitura Municipal de Mariano Moro para a recuperação de dano causado pelo corte de vegetação nativa na propriedade de Ademar José Vitorassi, fato constatado no dia 30 de agosto de 2011, na Linha Santa Terezinha, em Mariano Moro (RS), tendo como investigado Ademar José Vitorassi. 39) Processo n. IC.00762.00189/2013: Objeto: apurar a abertura de uma estrada de 131 (cento e trinta e um) metros de comprimento e 2,5 (dois vírgula cinco) metros de largura, em meio à mata nativa em estágio inicial e médio de regeneração natural, atingindo as espécies de Açoita-Cavalo, Rabo de Bugio, Canela, entre outras, fato constatado no dia 23 de agosto de 2013, na Linha Três Barras, em Aratiba (RS), tendo como investigados Ademir Pedro Beal e Claudio Beilke. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela**: 40) Processo n. IC.00770.00005/2013: Objeto: investigar o lançamento de efluentes industriais da Empresa Santa Rita Comércio, Indústria e Representação Ltda, sob a responsabilidade do gerente industrial, Irineu José Staudt no Arroio Glória. Investigado: Irineu José Staudt. Local: Linha Glória, Estrela/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen**: 41) Processo n. IC.00775.00003/2017: Objeto: descrição não informada. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen**: 42) Processo n. IC.00775.00058/2016: Objeto: investigar a nulidade de ato de doação realizado por idosa sem condições de gerir os atos da vida civil. Partes: Mauro Olinto Sponchiado e Márcio Gambin. Local: Frederico Westphalen, RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotor de Justiça Substituto da Promotoria Frederico - Rogério Fava Santos**: 43) Processo n. IC.00775.00030/2013: Objeto: apurar possível dano ambiental consistente na supressão de vegetação de origem nativa em desconformidade com o Alvará de Licenciamento. Partes: Rafael Montini. Local: Iraí/RS. 44) Processo n. IC.00775.00031/2016: Objeto: investigar possível dano ambiental, consistente na criação de suínos em pocilga construída a 10 metros de distância de uma sanga, onde há lançamento irregular de dejetos suínos diretamente no solo causando poluição. Partes: Cleonir Adilson Antoniazzi. Local: Caiçara. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí**: 45) Processo n. IC.00784.00006/2017: Objeto: averiguar as questões de saúde no relatório de auditoria N. 10464 do SUS em relação à Clínica de Reabilitação Gravataí. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí**: 46) Processo n. IC.00783.00017/2015: Objeto: apurar as péssimas condições viárias da Estrada Henrique Clóss, Bairro Costa do Ipiranga. 47) Processo n. PA.00783.00135/2015: Objeto: investigar eventuais irregularidades no cumprimento do contrato celebrado com a empresa CL Produções Som e Luz Ltda - ME. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da**

Promotoria de Justiça de Guaporé: 48) Processo n. IC.00788.00001/2017: Objeto: apurar a comercialização de produtos de origem animal impróprios ao consumo, sem selo de inspeção e informação de procedência, cancelado na Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) e em condições inadequadas de armazenamento dos produtos. 49) Processo n. IC.00788.00023/2015: Objeto: apurar ocorrência de corte de vegetação nativa, sem alvará (Boletim de Ocorrência Ambiental n. 3539539). 50) Processo n. IC.00788.00031/2013: Objeto: investigar a existência de problemas estruturais e de PPCI nas Escolas Municipais de Guaporé/RS. 51) Processo n. IC.00788.00033/2015: Objeto: atividade potencialmente poluidora, sem licença de órgão ambiental competente. 52) Processo n. IC.00788.00040/2016: Objeto: apurar dano ambiental em virtude de supressão de área de vegetação nativa para expansão de cultivo agrícola, sem alvará florestal, na localidade de Linha Bento Gonçalves, Capela São Pedro, interior do Município de Serafina Corrêa/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí**: 53) Processo n. IC.00794.00045/2009: Objeto: apurar dano ambiental decorrente da destinação indevida de resíduos sólidos na localidade de Barreiro, interior do Município de Ijuí/RS. Investigado: Município de Ijuí/RS, CNPJ: 90.738.196/0001-09, com sede na Rua Benjamin Constant, N. 429, Centro, Ijuí/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaquí**: 54) Processo n. IC.00797.00033/2008: Objeto: irregularidade quanto ao recebimento de diárias pelo prefeito e vice-prefeito de Itaquí durante a gestão 2005-2008. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha**: 55) Processo n. IC.00801.00020/2012: Objeto: apurar dano ambiental consistente em destruição de floresta nativa em 2,99 hectares sem licença do órgão ambiental competente. 56) Processo n. IC.00801.00067/2014: Objeto: apuração de indignidade na condução de assuntos relacionados à entidade SAMMLAVE. Investigados: Eloir Araújo de Jesus, Valdomiro de Tofano, Claudete de Oliveira Machado e Neive Borges Godinho. Local do fato: Rua Esperança, Bairro São José, Lagoa Vermelha/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro**: 57) Processo n. IC.01175.00046/2013: Assunto: apurar a responsabilidade cível decorrente do rompimento de açude no Bairro Cinco de Maio, causando prejuízo a diversas famílias. **Encaminhado por Designação Excepcional - Leonardo dos Santos Rossi**: 58) Processo n. IC.00813.00002/2012: Objeto: exploração de basalto sem Licença dos órgãos competentes. Local: Capela São Roque. Parte: Vanderlei Guadagnin. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório**: 59) Processo n. IC.01212.00021/2017: Objeto: investigar ocorrência de intervenção irregular em Área de Preservação Permanente da lagoa do Inácio, localizado no Beco de Servidão, Bairro Várzea do Padre, em Osório/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul**: 60) Processo n. IC.00951.00022/2013: Objeto: contratação de funcionários para os programas PSF e ESF pelos Municípios da Comarca. Local: Capivari do Sul e Palmares do Sul. Partes: Prefeituras de Capivari do Sul e Palmares do Sul. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões**: 61) Processo n.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

IC.00818.00013/2016: Objeto: procedimento instaurado com o objetivo de apurar danos ambientais e à saúde pública decorrentes do armazenamento de fertilizantes, agrotóxicos e outros produtos no estabelecimento comercial Cia. da Terra, localizado na Av. Independência, n. 32, na Cidade de Palmeira das Missões/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé**: 62) Processo n. IC.00952.00031/2015: Objeto: possível prática de ato de improbidade administrativa decorrente de acumulação de cargos públicos como professora, na rede pública estadual e municipal. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé**: 63) Processo n. IC.00952.00002/2013: Objeto: apurar possível poluição sonora provocada pela Igreja Assembleia de Deus. 64) Processo n. IC.00952.00004/2012: Objeto: apurar possível dano ambiental (corte de vegetação nativa em APP). Local: Parobé; Investigado: Waldemar Lotário Ayres Hugentobler. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo**: 65) Processo n. IC.00820.00087/2017: Objeto: adequar o funcionamento da entidade às normas de proteção da criança e do adolescente, em especial às que dizem respeito ao consumo de bebidas alcoólicas, apontando-se como investigado Clube Recreativo Garden Clube, de Passo Fundo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo**: 66) Processo n. IC.00820.00234/2016: Objeto: exercício irregular de atividade pela empresa Webber Sementes, localizada na Avenida Ilo José Webber, 192, Município de Coxilha/RS. Investigado: Webber Sementes. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo**: 67) Processo n. IC.00821.00010/2015: Objeto: investigar eventual afronta a direitos de crianças e adolescentes frequentadores das danceterias Texas e Liberty, dada a exposição à venda e ao consumo de bebidas alcoólicas. Investigado: Alexandre Miguel Lima. Local do fato: Passo Fundo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas**: 68) Processo n. IC.00824.00057/2015: Objeto: atividade sem licença em área de preservação permanente (montagem e reparo de embarcações e estruturas flutuantes). Local: Pelotas. Investigada: Aline Duarte Almeida. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Pelotas**: 69) Processo n. IC.01134.00003/2015: Objeto: investigar eventual descumprimento ao art. Art. 24, inciso I, da LDB, e por parte do Município de São José do Norte (Secretaria Municipal de Educação de São José do Norte). Parte: Município de São José do Norte. Local: São José do Norte/RS. 70) Processo n. IC.01134.00021/2017: Objeto: investigar a composição, formação e regular funcionamento do CACS no Município de Canguçu/RS. 71) Processo n. PA.01134.00189/2016: Objeto: investigar a composição, formação e regular funcionamento do CACS no Município de Pinheiro Machado/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado**: 72) Processo n. IC.00827.00001/2012: Objeto: averiguar a constitucionalidade do cargo de confiança de Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Pinheiro Machado e a constitucionalidade dos cargos de confiança de Assessor Jurídico e Assessor Contábil da Câmara de Vereadores de Pedras Altas. Local: Pinheiro Machado e Pedras Altas. Partes: Alex Sandro Duarte Oliveira, Poder

Legislativo de Pinheiro Machado e Poder Legislativo de Pedras Altas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Piratini**: 73) Processo n. IC.00828.00014/2014: Objeto: investigar as irregularidades apontadas em auditoria do TCE/RS no Poder Executivo de Piratini - Exercício 2013. Investigado: Vilso Agnelo da Silva Gomes. Local: Piratini/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande**: 74) Processo n. IC.00853.00006/2016: Objeto: investigar legalidade e poluição sonora produzida pelo estabelecimento. 75) Processo n. IC.00853.00023/2014: Objeto: descrição não informada. 76) Processo n. IC.00853.00076/2016: Objeto: investigar a legalidade e emissão de poluição sonora produzida por práticas religiosas no prédio localizado na Rua Lagoa Azul, n. 51, de responsabilidade de Marcos Santos do Santos. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande**: 77) Processo n. IC.00852.00002/2016: Objeto: apurar suposta poluição sonora e outros riscos decorrentes da operação de máquinas pela empresa Penha na Avenida Itália. Investigado: Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A. Reclamante: Cesar Almeida Nogueira. Local: Rio Grande/RS. 78) Processo n. IC.00852.00066/2016: Objeto: apurar possível irregularidade em contrato firmado pela municipalidade com a empresa Leonardi e Germann Serviços Médicos Ltda. Investigado: Arilson da Silva Cardoso. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito**: 79) Processo n. IC.00945.00014/2014: Objeto: fiscalizar a elaboração e implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão de Resíduos Sólidos pelo Município de Ametista do Sul. **Encaminhado por Designação Excepcional - Paulo da Silva Cirne**: 80) Processo n. IC.00857.00028/2003: Objeto: irregularidades na extração de minerais tais como areia, pedra, cal e outros, ocorridas no interior do município. Local: Município de Sananduva, RS. Investigado: Município de Sananduva, RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva**: 81) Processo n. IC.00857.00028/2016: Objeto: apurar dano ambiental consistente na abertura de um açude em Área de Preservação Permanente, medindo 319 m², contrariando a legislação vigente e sem possuir autorização ou licença do órgão ambiental competente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria**: 82) Processo n. IC.00864.00012/2016: Objeto: terraplenagem com abuso de autorização ambiental concedida, na Av. Dom Ivo Lorscheiter, n. 169, Bairro Passo D'areia, em Santa Maria. Investigados: FZ Construções Comércio e Transportes Ltda., Fabiano Zucolotto, Fábio Zucolotto, Levinton Fioravanti Brutti. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria**: 83) Processo n. IC.00864.00118/2011: Objeto: pagamento indevido de gratificações ao Magistério Noturno. Investigado: Antônio Valdeci Oliveira de Oliveira e, provisoriamente, Secretário da Educação (a ser especificado após esclarecimentos). Local: Município de Santa Maria. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria**: 84) Processo n. IC.00865.00053/2013: Objeto: corte de árvores nativas em Área de Preservação Permanente (menos de 30m de curso d'água), em propriedade rural na localidade de Rincão dos Minellos, interior do Município de Itaara. Investigado: José



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

Elias de Moraes. Local: Município de Itaara. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria:** 85) Processo n. IC.00865.00064/2016: Objeto: investigar possíveis irregularidades ocorridas em licitação realizada pelo Município de São Martinho da Serra, a Carta Convite n. 01/2016, Processo Administrativo n. 04/2016, tipo menor preço global. Investigado: Município de São Martinho da Serra. Local: São Martinho da Serra. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 86) Processo n. IC.00865.00071/2013: Objeto: omissão municipal em poda/supressão de árvore de grande porte colocando em risco moradores próximos, na Rua Carlos Gomes, n. 51, Bairro Duque de Caxias, em Santa Maria. Investigado: Município de Santa Maria. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa:** 87) Processo n. PI.00868.00020/2017: Objeto: avaliar a qualidade do sinal de telefonia e de dados móveis no município de Santa Rosa das Operadoras Oi, Tim e Claro. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:** 88) Processo n. IC.00867.00009/2016: Objeto: apurar a ocorrência de poluição atmosférica pela emissão de resíduos e pó em razão do processo de industrialização de produtos agrícolas. Investigado: Dinon Cereais. Local: Tuparendi/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 89) Processo n. IC.00872.00048/2017: Objeto: averiguar a regularidade das atividades desenvolvidas pelo estabelecimento Borracharia e Lavagem de Veículos Cardoso. Local: Esquina Barrichelo, S/N, Centro, Vitória das Missões. Investigado: Vinicius Somavila Cardoso, responsável pelo estabelecimento. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo:** 90) Processo n. IC.00872.00132/2010: Objeto: atendimento educacional especializado aos alunos portadores de deficiência (art. 208, III, da CF) e implantação de sala de recursos adequada na E.E.E.M. Burity. Local: Município de Santo Ângelo - RS. Investigado: E.E.E.M. Burity e o Estado do Rio Grande do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja:** 91) Processo n. IC.00878.00084/2014: Objeto: apurar poluição Sonora. Local: Rua Cândido Falcão, n. 70, São Borja. Investigado: Park Festa Kids. 92) Processo n. IC.00947.00004/2015: Objeto: investigar eventual ocorrência de dano ambiental decorrente de fazer funcionar atividade utilizadora de recursos naturais (olaria), sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, no interior do Município de Santo Antônio das Missões/RS. Figura como investigado Paulo Roberto da Silva Machado. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel:** 93) Processo n. IC.00883.00051/2015: Objeto: apurar possível apropriação irregular de valores do DPVAT pela Funerária São José, no Município de São Gabriel. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul:** 94) Processo n. IC.00893.00016/2016: Objeto: investigar o repasse do pagamento do ISSQN aos consumidores dos serviços das Serventias Notariais e Registras (Cartórios extrajudiciais) da Comarca de São Lourenço do Sul/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga:** 95) Processo n. IC.00894.00015/2003: Objeto:

averiguar a veracidade do quanto ventilado, suas consequências e possíveis responsabilidades em relação à ocorrência ambiental atribuída ao investigado pela Patrulha Ambiental, consistente no uso de fogo (queimada) em área agropastoril (canavial), fora de APP, sem autorização ambiental. Local do Fato: Esquina Ivaí, 1º Distrito do Município de São Luiz Gonzaga/RS. Investigado Adão Rodrigues. 96) Processo n. IC.00894.00026/2015: Objeto: e-mail encaminhando Denúncia referente aos recursos do FUNDEB. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim:** 97) Processo n. IC.00900.00016/2017: Objeto: investigar a eventual edificação de loteamento ou a realização de desmembramento de imóvel, com a posterior comercialização dos lotes, sem a adoção do rito legal e das providências necessárias e sem a instalação dos equipamentos públicos que a lei determina, acarretando em prejuízo ao erário e aos adquirentes destes lotes. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga:** 98) Processo n. IC.00901.00044/2016: Objeto: finalidade de apurar notícia sobre suposta irregularidade acerca da realização de concurso público n. 01/2016 (operador de retroescavadeira) em Araricá/RS, tendo como investigado o Município de Araricá/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul:** 99) Processo n. PI.00903.00024/2017: Objeto: apurar eventuais irregularidades na realização do 6º Rodeio Crioulo Municipal de Sapucaia do Sul, ocorrido entre os dias 18 a 20 de agosto de 2017, no Parque Ambiental Rincão do Cerro. **Encaminhado por Designação Excepcional - Daniel Soares Indrusiak:** 100) Processo n. IC.00910.00010/2017: Objeto: investigar ato de improbidade administrativa consistente na contratação de fiscal por processo seletivo simplificado, pelo ex-prefeito Julio Cesar Carvalho, sem a necessária comprovação do excepcional interesse público. 101) Processo n. IC.00910.00019/2016: Objeto: apurar a responsabilidade acerca do terreno em situação abandono, localizado na Rua Novo Hamburgo, ao lado de n. 497, Bairro Pinvest, em Tapes. 102) Processo n. IC.00910.00020/2001: Objeto: a não regularização do Loteamento Vila Nova, em Cerro Grande do sul, tendo como loteador o Sr. Ademar Anderle. Requerente: Ministério Público. 103) Processo n. IC.00910.00048/2012: Objeto: dano ambiental, em tese, praticado por João Carlos Wabner Silverio, na propriedade localizada na Rua Sydia Albuquerque Jardim, s/n., em Tapes, consistente em desrespeito à área de preservação permanente e mata ciliar junto ao Arroio Teixeira. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapes:** 104) Processo n. IC.00910.00025/2016: Objeto: investigar atos de improbidade administrativa, em tese, bem como a prática de condutas vedadas em período eleitoral. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 105) Processo n. PA.00911.00065/2017: Objeto: acompanhar o cumprimento do acordo firmado na Ação Civil Pública n. 5015068-73.2017.4.04.7108 (Justiça Federal) referente ao Conselho de Acompanhamento de Gestão do Hospital Bom Jesus. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Teutônia:** 106) Processo n. IC.00953.00003/2010: Objeto: irregularidades em posto de combustíveis (L.O. Fepam-RS vencida, caixa separadora de água/óleo sem manutenção e perfuração de poços artesianos



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

sem outorga da DRH/RS). Local: BR 386, KM 373, Paverama - RS. Investigado: Comércio de Combustíveis Dickel e Vieira Ltda. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 107) Processo n. IC.00914.00011/2015: Objeto: ocorrência supressão de vegetação nativa e capina química, sem qualquer licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, na Localidade da Estrada Barreira, n. 100, Bairro Águas Claras, no Município de Torres/RS. Investigado: Edson Gomes dos Santos. 108) Processo n. IC.00914.00074/2016: Objeto: construção de duas casas de madeira em área de preservação permanente, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Local: Rua das Rosas, n. 4839, Bairro Bom Jesus, Arroio do Sal/RS. Investigado: Eneir Barreto. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 109) Processo n. IC.00914.00040/2015: Objeto: investigar possíveis atos de improbidade administrativa na Delegacia de Polícia de Torres, por violação, no mínimo, do Princípio da Impessoalidade, decorrentes da indicação de advogados para assistirem pessoas presas em flagrante. Investigado: A definir. Local: Torres-RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio:** 110) Processo n. IC.00916.00026/2007: Objeto: utilização, em tese, irregular, do lote que era propriedade da Empresa Cereser SA, bem como da doação de imóveis que haviam sido objeto de concessão pela Lei Municipal 692/90. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos:** 111) Processo n. IC.00917.00021/2016: Objeto: apurar a atuação dos Municípios da Comarca no combate ao mosquito transmissor da Dengue, Zika Vírus e Febre Chicungunya. 112) Processo n. IC.00917.00102/2015: Objeto: apurar a deficiência da prestação de serviço de energia elétrica na Localidade de Linha Gaúcha, Esquina Brasil, no Município de Tiradentes do Sul, bem como a falta de manutenção dos postes. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo:** 113) Processo n. IC.00918.00028/2013: Objeto: investigação da notícia de que a Sra. Ana Beatriz Viega Ferreira seria contratada da empresa Berbal e receberia salário sem exercer atividade laborativa, repassando parcela do seu vencimento aos Administradores Públicos Pedro Francisco Tavares e Fábio Wrasse. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tupanciretã:** 114) Processo n. IC.00920.00001/2015: Objeto: plano de Mobilidade Urbana. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria:** 115) Processo n. IC.00924.00046/2015: Objeto: apurar dano ambiental consistente em construção de uma estrada de passagem no interior de uma área de banhado, atingindo 2,10ha, dentro de um banhado maior com 6,72ha; desraizamento de vegetação nativa não respeitando as margens de 30 metros da área de banhado, sendo que a vegetação foi empurrada para dentro do banhado, soterrando a APP, e intervenção em uma nascente, retirando toda a mata ciliar. Data: 15/06/2015. Local: Estrada para a Capela da Luz, no Município de Vacaria/RS. Investigado: Geraldo Zamban. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 116) Processo n. IC.00931.00044/2013: Objeto: apurar eventual lesão ao direito à saúde decorrente do retardo no agendamento de consultas para a especialidade de reumatologia. 117) Processo n. IC.00931.00101/2014: Objeto:

apurar possível ocorrência de maus tratos e abusos sexuais nas instalações do SRT Coração de Maria. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão:** 118) Processo n. PI.00930.00080/2017: Objeto: investigar dano à tutela coletiva dos consumidores com base no art.18, parágrafo sexto, da Lei 8.078/90 decorrente da oferta de produtos com prazo de validade expirados no estabelecimento denominado Padaria e Confeitaria Bianchi LTDA, situado na Rua Julieta Pinto Cesar, n. 345, Bairro Centro, em Viamão/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão:** 119) Processo n. IC.00930.00040/2015: Objeto: apurar a colocação de crianças e/ou adolescentes em risco pela ausência de Alvarás de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCIs) em relação à Associação Comunitária Nossa Senhora Medianeira. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 120) Processo n. IC.01128.00041/2016: Objeto: averiguar a qualidade do atendimento prestado aos usuários no Centro de Saúde Modelo. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 121) Processo n. IC.01128.00270/2017: Objeto: investigar a acessibilidade nas calçadas existentes na Rua Gonçalves Dias, na quadra onde se localiza a FEPAGRO, CETE e Secretaria da Agricultura. 122) Processo n. IC.01202.00084/2015: Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de área pública em situação de abandono, localizada no entroncamento das Ruas Bernardino Caetano Fraga, Sepé Tiaraju e Manoel Lobato, nesta Capital. Investigado: Município de Porto Alegre. Interessado: Coletividade. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Antônio Prado:** 123) Processo n. IC.00714.00001/2011: Objeto: possíveis atos de improbidade administrativa praticados por Marcos Scopel, Prefeito Municipal de Antônio Prado, simbologia em propaganda eleitoral. Local: Antônio Prado. Parte: Marcos Scopel. **Encaminhado por Designação Excepcional - Bianca Acioly de Araujo:** 124) Processo n. IC.00725.00018/2012: Objeto: Dano à flora - corte de árvores nativas. Local do fato: Localidade Rincão do Inferno - Passo do Governador, em Bom Jesus. Parte principal: Lucir Carra. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul:** 125) Processo n. IC.00726.00001/2015: Objeto: investigar as más condições de conservação da estrada que dá acesso à localidade de Irapuazinho / Parada Mário. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 126) Processo n. IC.00949.00201/2013: Objeto: averiguar eventuais irregularidades na contratação de servidores e desvio de função das pessoas contratadas pelo Executivo Municipal de Capão da Canoa. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 127) Processo n. IC.00748.00185/2016: Objeto: insuficiência de infraestrutura urbana de rede de esgotamento de águas pluviais que atinge as Ruas José Soares de Oliveira e Leonel Mosele, no Bairro Pio X, em Caxias do Sul-Projeto de Obras de Macrodrenagem "Túnel da Matheo Gianella" sem implantação. Partes: Representantes - Marcos Vinicius Pellin; João Carlos Andrade; Marcia Eliza Pellin; Leandra Adriane Susin; Beatriz Helena Giani; Maria Marta Baldissera Almeida; Marcos Aurélio



Barbosa; Juçara Aelia Adami da Silva e Valter Hasse. Local do Fato: Caxias do Sul-RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta:** 128) Processo n. IC.00754.00052/2010: Objeto: apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência de drenagem de área de nascentes, sem autorização da autoridade competente, na propriedade de Antônio José Rizzardi, na localidade de Capão Grande, interior do município de Boa Vista do Incra/RS. Investigado: Antônio José Rizzardi. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaquí:** 129) Processo n. IC.00797.00028/2009: Objeto: programa Estratégia Saúde da Família em Itaquí. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarí:** 130) Processo n. IC.00799.00003/2014: Objeto: apurar possíveis irregularidades no descarte irregular de resíduos sólidos no meio ambiente sem a devida autorização da autoridade competente e em desacordo com a determinação legal e regulamentar. Local: localidade de Marmeleiro - Jaguarí-RS. Investigado: Nelson Valmir Pês. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Planalto:** 131) Processo n. IC.00942.00005/2015: Objeto: apurar possíveis irregularidades no procedimento licitatório realizado através de Carta Convite 006/12 e 018/2012, para aquisição de pneus e lubrificantes. Localização: janeiro/2018. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Restinga Seca:** **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 132) Processo n. IC.00852.00153/2013: Objeto: apurar possível atividade degradatória por parte da Construtora Schumann, a consistir na emissão de material particulado no ar, alcançando os transeuntes e as casas vizinhas. 133) Processo n. IC.00853.00024/2017: Objeto: investigar ausência de licenciamento e danos ao meio ambiente nos dois estabelecimento de nome fantasia RG Soluções Ambientais. 134) Processo n. IC.00853.00074/2016: Objeto: verificação da legalidade e condições da casa asilar. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento:** 135) Processo n. IC.01234.00065/2014: Objeto: possíveis ilegalidades na cobrança de tarifas múltiplas pelo Departamento de Água e Esgotos de Santana do Livramento (DAE) nos imóveis que possuem várias economias; mas apenas um único hidrômetro. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa:** 136) Processo n. PA.00868.00037/2017: Objeto: mapear o atual retrato de pessoas em situação de rua no Município de Santa Rosa, e discutir alternativas ao tratamento da questão, em atenção às diretrizes estabelecidas pelo Guia de Atuação Ministerial do Conselho Nacional do Ministério Público, em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, bem como à realidade local. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:** 137) Processo n. IC.00867.00030/2016: Objeto: apurar a ocorrência de vazamento de efluente líquido com indícios de óleo diesel na saída de um dreno, atingindo área de banhado e nascente e escoando até o Lajeado Paulino. Investigado: Marcos Antônio dos Santos. Local: Santa Rosa. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha:** 138) Processo n. IC.00875.00018/2016: Objeto: apurar a ocorrência de infração e dano ambientais decorrentes da prática de pesca ilegal em

período de defeso, com uso de petrechos não permitidos, em Área de Proteção Ambiental, no Banhado do Chicolumã, em Santo Antônio da Patrulha/RS. 139) Processo n. IC.00875.00075/2005: Objeto: apurar a notícia de supostas irregularidades no transporte coletivo escolar, em Caraá, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Caraá e da Empresa de Transportes Markosul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja:** 140) Processo n. IC.00878.00015/2014: Objeto: criação de animais em perímetro Urbano (Rua Ubirajara Oliveira Fontoura, n.120, Zona Urbana, São Borja). Reclamado: José Antonio Saraiva. Reclamante: Patram. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel:** 141) Processo n. IC.00884.00013/2015: Objeto: investigar possível ato de improbidade administrativa, praticado por Rossano Dotto Gonçalves, ex- prefeito Municipal de São Gabriel, consistente no pagamento de horas extras a servidores detentores de cargos em comissão e de função gratificada. **Encaminhado por Designação Excepcional - Diego Pessi:** 142) Processo n. IC.00889.00089/2015: Objeto: mal cheiro ocasionado pelo despejo de chorume humano, depósito esse do esgoto cloacal, contaminando canteiros de verduras das moradoras. Local: Bairro Petrópolis - Zona Urbana, São José do Ouro, entre as casas de n. 29 e 30. Vítimas: Eva da Silva e de Loreni Florêncio dos Santos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Ouro:** 143) Processo n. IC.00889.00111/2013: Objeto: referente a crime ambiental por exercer atividade de Pintura a céu aberto potencialmente poluidora pelo Sr. Roque F. Picolotto. Investigado: Roque Fernando Picolotto. Local: Rua Maximiliano Centenaro. **Encaminhado por Designação Excepcional - Bárbara Pinto e Silva:** 144) Processo n. IC.00899.00004/2017: Objeto: apurar a conduta de Paulo Gilberto da Silva Bordin, ocorrida no dia 06 de novembro de 2016, por volta das 06h43min, na localidade de Passo do Verde, município de São Sepé, consistente em caçar espécimes da fauna silvestre e pescar em período proibido. Investigado: Paulo Gilberto da Silva Bordin. Local: Passo do Verde - Município de São Sepé. Comarca: São Sepé. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 145) Processo n. IC.00911.00014/2015: Objeto: possível dano ao meio ambiente decorrente de construção irregular de açude. Investigado: Marcos Paulo Appelt Binello, Osmilda Bueno Vargas. Local: Município de Taquara. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 146) Processo n. IC.00914.00036/2016: Objeto: funcionamento de estabelecimento comercial sem a devida licença ambiental e com irregularidades sanitárias. Local: Av. Barão do Rio branco, n.º 490, Centro, município de Torres/RS. Investigados: Gelson Selau Lumertz e Supermercado Bom Rancho. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos:** 147) Processo n. IC.00917.00006/2015: Objeto: apurar dano ambiental consistente no depósito em galpão de 1,8m³ de madeira nativa das espécies Louro e Canela, beneficiadas em tábuas, sem autorização do órgão ambiental competente. Localidade de Linha Árvore Seca, Município de Três Passos. Parte: Norberto Gebauer. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria:** 148) Processo n. IC.00924.00031/2016: Objeto:



apurar dano ambiental consistente (a) no armazenamento e descarte (queima), irregular de embalagens de agrotóxicos e (b) armazenamento irregular de combustível, causando contaminação do solo, fatos constatados no dia 09/11/2016, em propriedade sob a responsabilidade do investigado, situada na Localidade denominada Várzea dos Kramer, estrada sentido Pinhal da Serra, interior do município de Esmeralda, (conforme Boletim de Ocorrência BM/RS n. 3555126). Investigado: Renato Ferrari. Local: Esmeralda/RS. Data: 09/11/2016. **RELATORA: CONSELHEIRA HELOÍSA HELENA ZIGLIOTTO: Encaminhado por Designação Excepcional - Bianca Acioly de Araujo: 149) Processo n. IC.00725.00048/2012**: Objeto: dano em banhado e poluição. Local do fato: Localidade Fazenda Passo do Valo, em Bom Jesus/RS. Parte principal: Leonardo Acauan. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul: 150) Processo n. IC.00726.00013/2015**: Objeto: implantação da Rede de Atenção de Saúde Mental e o Sistema Único de Assistência Social. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha: 151) Processo n. IC.01220.00022/2012**: Objeto: investigar possível existência de irregularidades no controle do estoque e da distribuição de medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde deste Município, o que estaria a determinar graves prejuízos à população e ofensa aos princípios da administração pública, conforme relatório final da sindicância administrativa n. 24/2011 promovida pela Procuradoria-Geral do Município. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul: 152) Processo n. IC.00748.00207/2010**: Objeto: verificação de procedimento para alta dos pacientes da clínica Professor Paulo Guedes. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim: 153) Processo n. IC.00762.00149/2012**: Objeto: apurar a supressão de vegetação nativa em estágio médio de regeneração, em duas áreas, sendo uma de 0,07 hectare e outra de 0,12 hectare, atingindo as espécies arbóreas nativas de Canela, Açoiata-Cavalo, Rabo-de-Bugio, Camboatá, entre outras, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 20 de setembro de 2012, na Linha 3, Seção Paiol Grande, em Erechim (RS), tendo como investigado Pedro Lauro Knapik. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotor de Justiça Substituto da Promotoria Frederico - Rogério Fava Santos: 154) Processo n. IC.00775.00051/2013**: Objeto: apurar possível dano ambiental consistente no corte raso de vegetação nativa, em uma área de 5.000m², sem alvará de licenciamento. Partes: Luiz Zytkoski. Local: Frederico Westphalen/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas: 155) Processo n. IC.00780.00043/2015**: Objeto: investigar eventual dano ao meio ambiente decorrente do armazenamento irregular de óleo diesel, em infringência às normas ambientais. Investigado: Nildo Giaretta. Local: Linha São João da Usina - Interior - FP. Representante: 3º BABM-1ª Cia- 2º Pelotão Ambiental - Erechim. **156) Processo n. IC.00780.00044/2015**: Objeto: investigar eventual dano ao meio ambiente decorrente do irregular armazenamento de óleo diesel e descarte de resíduos sólidos, em infringência às normas ambientais. Investigado: Celso Rigo. Local: Linha Vanini - Floriano Peixoto - RS. Representante: 3ºBABM - 1ªCia.-2º Pelotão Ambiental - Erechim - RS. **Encaminhado**

por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo: 157) Processo n. IC.00872.00009/2016: Objeto: verificar dano ambiental oriundo das atividades desenvolvidas e a regularidade de poço artesiano. Local: Localidade de Rincão dos Anjos, Interior do Município de Eugênio de Castro, RS. Investigado: Enio Heuser. **158) Processo n. IC.00872.00048/2015**: Objeto: verificar os danos ambientais ocorridos na propriedade situada no Rincão dos Anjos, Interior do Município de Eugênio de Castro, RS. Local: Rincão dos Anjos, Interior de Eugênio de Castro, RS. Investigado: Emílio Santoni Neto. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha: 159) Processo n. IC.00875.00045/2015**: Objeto: apurar denúncia de irregularidade na contratação temporária para o cargo de fisioterapeuta no Município de Caraá. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha: 160) Processo n. IC.00875.00093/2005**: Objeto: apurar notícia de corte raso de vegetação nativa sem licença, na localidade de AGASA, em Santo Antônio da Patrulha, de responsabilidade da empresa Saibreira da Divisa Ltda. **161) Processo n. IC.01212.00010/2009**: Mineração - Saibreira. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Borja: 162) Processo n. IC.00878.00005/2015**: Objeto: a existência, em tese, de médica Joice Caetano Sabin atuando como psiquiatra no Poder Executivo Municipal, sem possuir a qualificação necessária para o exercício do cargo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja: 163) Processo n. IC.00878.00022/2015**: Objeto: investigar a Igreja Jesus te Chama da Chamada Missionária acerca da denúncia de poluição sonora e ausência de PPCI. Local: Rua Amaro Batista Teixeira, Vila Goulart, São Borja. **Encaminhado por Designação Excepcional - Felipe Teixeira Neto: 164) Processo n. IC.01336.00001/2014**: Objeto: investigar as compensações ambientais derivadas de obras com significativo impacto no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos nos últimos 5 (cinco) anos e seu destino. **165) Processo n. IC.01336.00003/2014**: Objeto: investigar diretrizes de licenciamento ambiental para os empreendimentos com potencial de poluição hídrica, localizados na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, diante do disposto no Enquadramento. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ: Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre: 166) Processo n. SD.01411.00028/2015**: Objeto: apurar eventuais irregularidades ocorridas no Abrigo Residencial Sabiá 02, decorrente de maus-tratos praticados contra os acolhidos. Local: Porto Alegre/RS. Parte: FASC. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre: 167) Processo n. IC.01128.00197/2014**: Objeto: averiguar as não conformidades apontadas no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST, pela Auditoria n. 14085 do DENASUS (Departamento Nacional de Auditoria do SUS). Local: Porto Alegre. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá: 168) Processo n. IC.00938.00001/2011**: Objeto: possíveis irregularidades na fiscalização das prestações de serviços à comunidade cumpridas no Hospital de Butiá. Investigado: FUMSA - Fundação Municipal de Saúde. Local: Butiá - RS.



Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul: 169) Processo n. IC.00748.00081/2014: Objeto: investigar possível descarte de líquido tóxico, sem tratamento prévio, em aterro situado na localidade de apanhador, neste município. Local: Caxias do Sul - RS. Partes: Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul - CODECA, Município de Caxias do Sul. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 170) Processo n. IC.00748.00166/2015: Objeto: investigar a regularidade da última eleição para escolha dos novos membros do Conselho Municipal de Saúde para o período 2015 a 2018. Investigado: Conselho Municipal de Saúde. Local - Caxias do Sul. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen:** 171) Processo n. IC.00775.00070/2013: Objeto: apurar possíveis atos de improbidade administrativa existentes em contratos e gastos com publicidade. Partes: Poder Legislativo de Frederico Westphalen. Local: Frederico Westphalen. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotor de Justiça Substituto da Promotoria Frederico - Rogério Fava Santos:** 172) Processo n. IC.00775.00024/2016: Objeto: dano ambiental - poluição sonora. PARTE: Bar e Choperia Irmandade. Local: Rua Tenente Portela, 565, Frederico Westphalen, RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá:** 173) Processo n. IC.00792.00010/2016: Objeto: apurar ausência de médico plantonista na Associação Hospitalar Annes Dias. Investigados: Associação Hospitalar Annes Dias, CNPJ n. 07.964.977/0001-78, representado pelo administrador Odair José Funk e o Município de Ibirubá, através do Prefeito Municipal. Local: Associação Hospitalar Annes Dias, Rua Diniz Dias, n. 309, Bairro Odila, Ibirubá/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 174) Processo n. IC.00852.00259/2008: Objeto: apurar denúncia de lixão a céu aberto no Balneário Cassino. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 175) Processo n. IC.00864.00003/2016: Objeto: investigar falta de estrutura no CAPSi e possível criação de um novo CAPSi. Investigado: Município de Santa Maria. Local dos Fatos: Município de Santa Maria. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa:** 176) Processo n. PI.00868.00022/2017: Objeto: apurar possível omissão do Município de Santa Rosa em velar pela qualidade dos reparos feitos pela CORSAN nas intervenções realizadas nas vias públicas com pavimentação asfáltica. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa:** 177) Processo n. IC.00868.00006/2017: Objeto: averiguar se a Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa – FUMSSAR - mantém em estoque e disponibiliza regularmente os medicamentos constantes na Remume, bem como em instá-la a fornecer os fármacos constantes no Anexo I da Rename e não arrolados na referida relação municipal, nos casos devidos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:** 178) Processo n. IC.00867.00010/2015: Objeto: apurar os fatos relativos à responsabilidade pela demolição da edificação histórica situada na Av. Rio Branco, n. 816, esquina com a Av. Santa Cruz. Investigados: Waldir Sebastião Darós e Karis Darós. Local: Santa Rosa/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São**

Luiz Gonzaga: 179) Processo n. IC.00894.00023/2016: Objeto: apurar fatos, em tese, de improbidade administrativa perpetrados pelo investigado quando exerce a função de secretário de obras do município do Rolador. **Encaminhado por Designação Excepcional - Susana Cordero Spode:** 180) Processo n. IC.00915.00129/2016: Objeto: apurar eventuais irregularidades em razão da omissão por parte do Poder Executivo do Município de Balneário Pinhal em efetuar a cobrança do débito constante na certidão de decisão n. 0531/2013. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria:** 181) Processo n. IC.00924.00108/2014: Objeto: apurar dano ambiental consistente no desraizamento de 15 (quinze) árvores nativas da espécie Araucária Angustifólia, gerando um volume de 6,16m³ (seis vírgula dezesseis metros cúbicos) de madeira, fora de área de preservação permanente e sem autorização dos órgãos ambientais. Data: 25/08/2014. Local: RS 456, KM 13, interior do município de Muitos Capões-RS. Investigado: Bruno Consorte Antunes. **RELATOR: CONSELHEIRO FÁBIO COSTA PEREIRA:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre:** 182) Processo n. IC.01411.00082/2016: Objeto: investigar a regularidade da oferta, qualidade e quantidade da alimentação escolar a ser fornecida aos estudantes da Rede Estadual de Ensino no município de São Jerônimo, em atenção aos dispositivos referentes ao direito humano à alimentação adequada e ao direito a estar livre da fome e, ainda, se está sendo observada a legislação referente à alimentação escolar, inclusive quanto à forma de aquisição dos gêneros alimentícios nos termos da Lei Federal N. 11.947/2009. Local: São Jerônimo/RS. Partes: Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre e Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Estado da Educação/RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 183) Processo n. PI.00833.00039/2017: Objeto: averiguar situação do licenciamento ambiental das PCHs do RS junto a FEPAM. Hidrelétricas. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas:** 184) Processo n. IC.00739.00008/2015: Objeto: apurar, em tese, a infringência ao artigo 81, inciso II, da Lei 8.069, no que diz respeito à venda ilegal de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, por parte do Estabelecimento investigado. Investigado: Bar Danceteria e Casa de Eventos Ltda – Nome fantasia: Studio Rock Bar. Representante: Marco Aurélio da Silva. Endereço: Rua Victor Barreto, 3702, Canoas. Noticiante: Denúncia anônima. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 185) Processo n. IC.00949.00038/2017: Objeto: apurar o funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor sem licença ambiental, bem como sem alvará municipal e do Corpo de Bombeiros, localizado na RS 407, n. 4292, Bairro Guará, em Xangri-Lá. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 186) Processo n. IC.00949.00101/2013: Objeto: averiguar eventual ato de improbidade administrativa ocorrido no Departamento de Trânsito do Município de Xangri-lá. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca:** 187) Processo n. IC.00746.00016/2013: Objeto: potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

de pessoas, e respectivo exercício do Poder de Polícia Administrativo. Local: São Domingos do Sul. Parte: Município de São Domingos do Sul (investigado). **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 188) Processo n. PI.00748.00145/2017: Objeto: notícia de loteamento irregular ou clandestino - Lote rural, situado no Distrito de Vila Oliva, Matrícula n. 8.683 do CRI da 2ª Zona de Caxias do Sul - loteamento irregular ou clandestino. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul:** 189) Processo n. IC.00761.00005/2012: Objeto: inquérito civil instaurado a fim de verificar a situação do saneamento básico no município de Encruzilhada do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela:** 190) Processo n. IC.00770.00021/2017: Objeto: acompanhar o andamento do Processo Administrativo aberto no Município de Bom Retiro do Sul referente à atuação ambiental do imóvel pertencente à empresa Fabrício Agronegócios Ltda. Investigado: Fabrício Agronegócios Ltda (CNPJ: 18.048.107/0001-75, Beira do Rio, Bom Retiro do Sul). Representante: João Fabrício de Moraes. 191) Processo n. IC.00770.00022/2017: Objeto: acompanhar o andamento do Processo Administrativo aberto no Município de Bom Retiro do Sul referente à atuação ambiental do imóvel pertencente à empresa BRS Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Investigado: BRS Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda, (CNPJ: 04.637.084/0001-20, Rua Reinaldo Kollet, 50, sala A, Centro, Bom Retiro do Sul/RS). 192) Processo n. PI.00770.00031/2017: Objeto: investigar a manutenção de espécime da fauna silvestre em cativeiro sem Licença ou Autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Maria Ilanea Wendt. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas:** 193) Processo n. IC.00780.00004/2014: Objeto: investigar eventual omissão da Administração Municipal de Getúlio Vargas em fiscalizar a regularidade de obras em andamento no Município, especialmente em relação à utilização dos passeios públicos e dos cuidados com a segurança dos transeuntes. Investigado: Município de Getúlio Vargas. Representante: Olavo Padaratz. Local: Getúlio Vargas, RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí:** 194) Processo n. IC.00784.00056/2017: Objeto: apurar irregularidades no envio, por parte do Município de Gravataí, dos relatórios anuais de gestão ao Conselho Municipal de Gravataí. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 195) Processo n. IC.00783.00009/2017: Objeto: apurar a omissão do poder público na manutenção das Ruas Fernando Saturno, Manuel Bandeira e Ponta Grossa, localizadas na região do Itacolomi, em Gravataí. 196) Processo n. IC.00783.00063/2016: Objeto: apurar a emissão de ruídos acima dos limites legais pela realização de cultos religiosos na Rua Cunha Neto, 392, Bairro Morada do Vale I, em Gravataí/RS. 197) Processo n. IC.00783.00089/2012: Objeto: investigar supressão de vegetação nativa sem autorização dos órgãos competentes. Investigado: Luiz Otto Wolff Júnior. Local: proximidades das Ruas Pirajá e João Maria da Fonseca, em Gravataí/RS. 198) Processo n. IC.00783.00114/2013: Objeto: investigar inexistência/irregularidade na destinação do esgoto doméstico por residência, em razão da não ligação à rede coletora

existente. Investigado: João I. de Souza. Local: Lino Estácio dos Santos, 393. Gravataí/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 199) Processo n. IC.00933.00020/2009: Objeto: apurar dano ambiental pelo depósito irregular e queima de resíduos industriais provenientes da indústria calçadista. Investigado: Aloísio Lúcio Ptiznger. Local: Estrada Geral de Serra Grande, n. 1165, Igrejinha/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro:** 200) Processo n. PI.01175.00041/2017: Objeto: apurar contratação irregular e falha na prestação do serviço de Fisioterapia, no Município de Salvador do Sul, nos anos de 2011 a 2016. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Pelotas:** 201) Processo n. IC.00852.00043/2014: Objeto: investigação acerca de problemas sanitários na E.E.M. José Mariano Freitas Beck - CIEP São João. 202) Processo n. IC.00852.00098/2014: Objeto: investigar o baixo número de funcionários na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. José Mariano Freitas Beck - CIEP, o encaminhamento de alunos com idade inadequada/incompatível para frequentar turmas de crianças e adolescentes e a infestação de pombos nas dependências da escola. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Restinga Seca:** 203) Processo n. IC.00851.00050/2009: Objeto: fiscalizar o cumprimento do acordo firmado nos autos da Ação Civil Pública em defesa do Meio Ambiente de obrigação de fazer e não fazer distribuída sob n. 147/1.09.0000581-3, originária do Inquérito Civil n. 00851.00001/2009, que investigou a existência de dano ambiental consistente na implantação de barramento em curso d'água na propriedade rural da Sra. Resi Krieger Halzschuch, situada na localidade de Vila Rosa, em Restinga Sêca, RS, sem autorização do órgão competente; bem como a situação da área de preservação permanente (APP) e o estado desta em relação aos limites legais. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 204) Processo n. IC.00852.00104/2015: Objeto: apurar possível empreendimento batizado de Palmer Park, de responsabilidade de Wagner Acosta, a ser lançado sobre a matrícula 6.450. Investigado: Wagner Barbosa Acosta. Local: Rio Grande/RS. 205) Processo n. IC.00852.00142/2013: Objeto: apurar a legalidade da presença de comércio de alimentos na via pública - Pólo Naval. Investigado: Município do Rio Grande. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo:** 206) Processo n. IC.00855.00057/2011: Objeto: visa apurar a construção em área de preservação permanente, às margens do Rio Jacuí, na localidade de Lima Brandão, no município de Rio Pardo (RS), sem licença do órgão competente, por parte de Anildo Bettin, residente na Avenida Assis Brasil, 154, Centro, no município de Santa Cruz do Sul (RS). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento:** 207) Processo n. IC.01234.00006/2016: Objeto: verificar o abastecimento, na Farmácia Pública Municipal de Santana do Livramento, de medicamentos indicados para a manutenção do tratamento de pacientes com Fibrose Cística, todos pertencentes ao rol do componente básico da Assistência Farmacêutica, visando evitar o desabastecimento, conforme decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 001/5.08.0138870-4. **Encaminhado por 1º Promotor de**



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo: 208) Processo n. IC.00872.00038/2017: Objeto: averiguar a responsabilidade sobre a realização de podas na arborização em contato com a rede de distribuição de energia elétrica. Local: Município de Santo Ângelo. Interessados: RGE – Rio Grande Energia S/A e o Município de Santo Ângelo. 209) Processo n. IC.00872.00056/2015: Objeto: verificar a regularidade das atividades desenvolvidas pelo estabelecimento. Local: Rua do Comércio, s/n., Colônia Buriti, Interior de Santo Ângelo, RS. Investigado: Salão de Festas da Comunidade Buriti. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo:** 210) Processo n. IC.01132.00069/2011: Objeto: verificar o cumprimento da Lei Federal 11.738/2008 pelo Município de Caibaté-RS. Local: Município de Caibaté. Investigado: Município de Caibaté. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha:** 211) Processo n. IC.00875.00019/2015: Objeto: apurar o corte de vegetação nativa sem o devido licenciamento ambiental. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel:** 212) Processo n. IC.00883.00023/2016: Objeto: apurar o corte de árvores nativas, sem autorização do órgão ambiental competente, praticado por Adão Luiz Vargas Mosseline, no interior do Município de Santa Margarida do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte:** 213) Processo n. IC.00888.00026/2013: Objeto: necessidade de melhoria da qualidade do Serviço de Transporte Aquaviário ("Lancha de Passageiros") prestado pela Empresa Transporte Ltda. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Ouro:** 214) Processo n. IC.00889.00054/2009: Objeto: poluição em curso e nascente d'água, mais interrupção do consumo de água na propriedade de Setembrino Managnante e outras famílias, causada pela destinação irregular no descarte de leite para consumo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga:** 215) Processo n. IC.00894.00020/2016: Objeto: trata-se de descarte irregular de resíduos sólidos, cometido pelo Sr. Lucio Weber. 216) Processo n. IC.00894.00051/2014: Objeto: apurar conduta lesiva ao meio ambiente e sua responsabilidade por executar extração de recursos minerais, sem licença ambiental do órgão competente. Investigado: Município de Mato Queimado, representado pelo Poder Executivo Municipal, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Nelson Hentz. Ademir Thomas. Local do fato: Localidade de Linha Nossa Senhora de Lourdes, interior do Município de Mato Queimado. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul:** 217) Processo n. IC.00903.00007/2017: Objeto: apurar a realização de obra de canalização e intervenção em área de preservação permanente relativa a banhado sem autorização do órgão ambiental, fato ocorrido na Estrada dos Ramires, s/n, Sapucaia do Sul, constando como investigado o Município de Sapucaia do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapejara:** 218) Processo n. IC.00908.00011/2016: Objeto: investigar dano ambiental consistente na existência de esgoto a céu aberto em via pública. Local do fato: Rua Rodolfo Goelzer, próximo à parada de ônibus, Santa Cecília do Sul/ RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:**

219) Processo n. IC.00914.00110/2016: Objeto: destruição de árvores nativas em estágio médio de regeneração, atingindo as espécies ingá, camboatá, tanheiro entre outras. Investigados: Nelson Pereira Filho e Real Pára-brisa Comércio de Vidros Ltda. Local: BR 101, n. 5393, Bairro Belvedere, Torres/RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 220) Processo n. IC.00915.00064/2016: Objeto: investigar dano à tutela coletiva dos consumidores decorrente de prática abusiva prevista no art.39, inciso VIII, da Lei 8.078/90 pela colocação no mercado de consumo de produto impróprio ao consumo (art.18, parágrafo sexto, da Lei 8.078/90) consistente nas irregularidades descritas no Procedimento de Ocorrência Ambiental. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Coroas:** 221) Processo n. IC.01130.00003/2015: Objeto: exercício de atividade potencialmente poluidora sem o devido licenciamento ambiental. Local: Rua Joinha Wilicia Naumann n. 21, Bairro Raul, Três Coroas. Partes: Antônio Cândido Silva Pereira. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria:** 222) Processo n. IC.00924.00012/2011: Objeto: apuração de eventual corte seletivo de árvores nativas de diversas espécies, fora de área de preservação permanente, sem autorização dos órgãos ambientais competentes. Local: Porteira do Pinhal, no município de Pinhal da Serra/RS. Requerente: Companhia Ambiental da Brigada Militar. Investigado: Margot de Oliveira Pacheco. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 223) Processo n. IC.00931.00028/2013: Objeto: investigar eventual lesão ao direito à saúde decorrente do número inferior à demanda de leitos SUS contratados pelo Estado do Rio Grande do Sul junto ao Hospital de Viamão. **RELATORA: CONSELHEIRA KARIN SOHNE GENZ: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 224) Processo n. IC.00829.00071/2013: Objeto: possíveis irregularidades no DEP, consistente no desvio de função de recursos humanos contratados através da COOTRAVIPA para a representação de serviços. Local: Porto Alegre. Parte: DEP Departamento de Esgotos Pluviais. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 225) Processo n. IC.01202.00002/2016: Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual risco de desabamento de muro da residência situada na Rua Gregório da Fonseca, n. 247, Bairro Nonoai, nesta Capital. Investigados: Município de Porto Alegre e Sr. Paulo Roberto Azevedo Barcellos. Interessada: Coletividade. 226) Processo n. IC.01202.00037/2014: Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual risco de colapso estrutural do edifício localizado na Rua Honório Silveira Dias, 1483, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios:** 227) Processo n. IC.01203.00007/2016: Objeto: possíveis irregularidades em pagamentos efetuados pela Secretaria Municipal da Saúde ao Instituto de Cardiologia em razão da não apresentação das notas fiscais comprobatórias das internações supostamente realizadas naquele hospital e das etiquetas de rastreabilidade dos materiais de alto custo faturados por aquele prestador SUS, no ano de 2013. Local: Porto Alegre. Representante: Ministério Público Federal. Investigado: Carlos Henrique Casartelli. **Encaminhado por Promotor de Justiça da**



Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre: 228) Processo n. IC.00936.00007/2016: Objeto: apurar eventual prática de improbidade administrativa cometida pelo Município de Arroio do Tigre ao repassar o valor de R\$ 2750,00 a empresa que segundo notícias seria de fachada. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana:** 229) Processo n. IC.00937.00003/2010: Objeto: apurar o corte de espécies nativas com diâmetro entre 15cm e 20cm, atingindo 03 áreas distintas, totalizando 0,33 hectares, fora de área considerada de preservação permanente e sem autorização do Órgão Ambiental Competente, sendo atingidas as espécies nativas de açoita-cavalo, cambuatã, pitangueira, branquilha, canela, entre outras. Nas três áreas atingidas foi constatado o uso de fogo nos resíduos orgânicos. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul:** 230) Processo n. IC.00726.00031/2010: Objeto: a fim de melhor avaliar a adequação do atendimento prestado pelo SUS em horários não comerciais envolvendo o Município de Santana da Boa Vista/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotoria de Justiça - Especializada Caxias do Sul - 2º e 5º Promotor de Justiça - Adrio Rafael de Paula Gelatti:** 231) Processo n. IC.00748.00013/2015: Objeto: investigar possíveis irregularidades relacionadas à SAMU Serra de Caxias do Sul, e possíveis fraudes no registro-ponto de servidores. Partes: Aline Janice Carvalho (investigada) e Tâmara Muchulski (representante). Local: Caxias do Sul - RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 232) Processo n. IC.00748.00058/2013: Objeto: parcelamento ilegal do solo em área rural localizada no Travessão Cristal, 3ª Léguas, fazendo parte dos lotes rurais 17 e 18, descrito na matrícula n. 42.456, Livro n. 2-RG, do RI da 1ª Zona de Caxias do Sul. Local: Caxias do Sul. Partes: Ofício de Registros Títulos e Documentos (representante), Danilo Américo Mussolini, Alberi Américo Mussolini e Andrieli Teresinha Kindjerski (investigados). **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 233) Processo n. IC.00748.00212/2013: Objeto: medidas de prevenção em relação ao descumprimento às normas previstas nos artigos 80, 81, 149,258 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), além da Portaria n. 03/95 do Juizado da Infância e Juventude de Caxias do Sul. Partes: Conselho Tutelar (representante) - Estabelecimento de diversões noturnas e organizadores de eventos (festas) do Município de Caxias do Sul (investigado). Local: Caxias do Sul/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotoria de Justiça - Especializada Caxias do Sul - 2º e 5º Promotor de Justiça - Adrio Rafael de Paula Gelatti:** 234) Processo n. IC.00748.00215/2014: Objeto: averiguar possível falsidade nas alterações dos registros de ponto de ambos os servidores, gerando o pagamento indevido de horas-extras e de adicional noturno, além de investigar eventual ilegalidade na fruição de férias por ambos os servidores. Local: Caxias do Sul. Partes: Renata Carrazoni Fontes e Marcos Antônio. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta:** 235) Processo n. IC.00754.00052/2015: Objeto: apurar suposta irregularidade na conduta do servidor municipal Paulo Dirceu Troian. Investigado: Paulo Dirceu Troian. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado:** 236) Processo n. IC.00760.00007/2016: Objeto:

apurar possíveis irregularidades na prestação de serviço de saúde pelo Município de Encantado, diante de possível descumprimento de carga horária pelos médicos que atuam nos postos de saúde do Município de Encantado, bem como possível insuficiência no atendimento prestado. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha:** 237) Processo n. IC.00771.00010/2011: Objeto: poluição hídrica. Investigada: Natura Suc Indústria e Comércio Ltda. Local: Linha Vicentina/Farroupilha. 238) Processo n. IC.00771.00013/2017: Objeto: irregularidades na prestação de atendimentos médicos especializados. Investigado: Hospital Beneficente São Carlos. Local: Farroupilha. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 239) Processo n. IC.00783.00054/2016: Objeto: apurar a omissão do Poder Público na manutenção da Estrada Passo do Adão, Bairro Morungava, em Gravataí/RS. 240) Processo n. IC.00783.00162/2013: Objeto: verificar possível dano causado aos usuários das linhas de ônibus da SOGIL com saída da ULBRA por alterações de horários e itinerários, tendo por investigada a empresa Sogil - Sociedade de Ônibus Gigante Ltda, neste Município. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 241) Processo n. IC.00933.00001/2010: Objeto: poluição ambiental pelo descarte indevido de material sanitário e outros objetos, causando poluição junto a Rua Franz Cristina Koch e no seu entorno. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Lajeado:** 242) Processo n. IC.00803.00002/2017: Objeto: prática de nepotismo no âmbito do Poder Executivo do Município de Canudos do Vale/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro:** 243) Processo n. IC.01175.00060/2016: Objeto: apurar a ocorrência de transporte irregular de eleitores e de boca de urna no dia das eleições para o Conselho Tutelar de Montenegro, em 04 de outubro de 2015, pela candidata eleita Deniz Bernardete Ferreira Sant'anna. Representante: instauração de ofício. Investigada: Deniz Bernardete Ferreira Sant'anna. Local: Montenegro. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Mostardas:** 244) Processo n. IC.00809.00013/2011: Objeto: investigar erro no procedimento à paciente que estava em trabalho de parto. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 245) Processo n. IC.00814.00005/2016: Objeto: análise de eventuais danos consumeristas potencializados pela empresa Farmácia e Drograria Maiara e Nicole Ltda., situada na Rua México, n. 400 – 404, em Novo Hamburgo. Local: Rua México, n. 400 – 404, em Novo Hamburgo. Investigada: Farmácia e Drograria Maiara e Nicole Ltda. 246) Processo n. IC.00814.00047/2016: Objeto: riscos potencializados por ligações clandestinas de energia elétrica em variadas áreas de ocupações irregulares no Município de Novo Hamburgo. Local: Novo Hamburgo. Investigado: a apurar. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi:** 247) Processo n. IC.00819.00010/2014: Objeto: apuração do quantitativo de servidores (médico e auxiliares) atuantes no pronto socorro municipal, a urbanidade no trato com os usuários do serviço público, a jornada de trabalho dos médicos e demais servidores que compõe o quadro funcional e a eventual prática de prescrição de medicação sem o exame prévio do paciente. **Encaminhado por 1º Promotor de**



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de março de 2018

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2330

Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé: 248) Processo n. IC.00952.00006/2014: Objeto: apurar possíveis irregularidades no Festejando Parobé 2014. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 249) Processo n. IC.00821.00005/2014: Objeto: investigar eventuais irregularidades na estrutura física e/ou funcional existente junto à Casa de Acolhimento Roberto Pirovano Zanatta, as quais possam estar violando os direitos dos protegidos lá acolhidos. Investigado: Município de Passo Fundo. Local: Passo Fundo. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 250) Processo n. IC.00824.00092/2016: Objeto: exercício de atividade potencialmente poluidora em desacordo com a licença ambiental. Local: Capão do Leão. Investigado: Paulo Antonio Vasconcelos Dias (Pedreira Dias). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Piratini:** 251) Processo n. IC.00828.00009/2009: Objeto: apurar a existência de crime ambiental em propriedade rural. Local: localidade "Passo da Porteira" 3º Distrito de Piratini. Investigado: Mário José Ceretta. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Planalto:** 252) Processo n. IC.00942.00019/2010: Objeto: verificar danos aos consumidores da operadora de telefonia móvel Vivo, residentes na Linha Santa Cruz, Planalto, uma vez que estariam sendo atendidos pelo sinal de prefixo 49, correspondente ao oeste de Santa Catarina, o que lhes tem dado causa à cobrança de tarifas de deslocamento quando utilizam seus telefones móveis dentro da sua área de cobertura originária (55). Partes: Operadora VIVO SA (investigado) e Moradores da Linha Santa Cruz, Planalto, RS (representante). Localização: aguardando diligência arquivamento. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Quaraí:** 253) Processo n. IC.00850.00003/2014: Objeto: investigar eventual irregularidade no repasse de valores de contrato de prestação de serviço educacional, firmado entre o município de Quaraí e a Fundação Átila Taborda. Investigados: Município de Quaraí e Fundação Átila Taborda. Local: Município de Quaraí. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 254) Processo n. IC.00852.00104/2016: Objeto: apurar possível funcionamento irregular da empresa de vigilância Jarbas Jesus Teixeira Martins, dada a notícia de ausência de autorização da Brigada Militar para seu funcionamento. Investigado: Jarbas Jesus Teixeira Martins. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul:** 255) Processo n. IC.00860.00002/2015: Objeto: apurar a ocorrência de possíveis irregularidades no âmbito da farmácia do município de Saldanha Marinho, relacionadas à estrutura do local, procedimentos adotados e adequação às normas legais. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 256) Processo n. PA.00864.00068/2013: Objeto: irregularidades na parte física/estrutural das dependências do Avenida Tênis Clube, detectadas durante a fiscalização realizada pela Secretaria de Município de Mobilidade Urbana de Santa Maria, e ausência de alvará de PPCI válido. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento:** 257) Processo n. IC.01234.00010/2015: Objeto: procedimento instaurado a fim de averiguar as diversas reclamações,

divulgadas nas edições dos dias 21/01/2015 e 22/01/2015, acerca do serviço de telefonia fixa e móvel e de internet prestado pela Brasil Telecom S/A (OI) em Santana do Livramento/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo:** 258) Processo n. IC.01132.00106/2011: Objeto: educação de qualidade - verifica o cumprimento da Lei Federal 11.738/2008 pelo Município de Cândido Godói-RS. Local: Município de Cândido Godói-RS. Investigado: Município de Cândido Godói-RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Ouro:** 259) Processo n. IC.00889.00035/2015: Objeto: apuração da suposta contratação ilegal da senhora Graciela Valdira Pozzer, licenciada em Ciência Sociais, para ministrar aulas nas matérias de História, Geografia, Ciências e Religião a classes do 6º ano do ensino fundamental pelo Município de Machadinho-RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul:** 260) Processo n. IC.00893.00006/2008: Objeto: apurar eventual ato de improbidade decorrente do armazenamento inapropriado de medicamentos na Secretaria Municipal de Saúde, em São Lourenço do Sul, de responsabilidade do Município, Arthur Fernando Boemeche (Secretário Municipal de Saúde) e Mariza Ferreira Leite (Farmacêutica responsável). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim:** 261) Processo n. PI.00900.00019/2017: Objeto: investigar eventual ocorrência de procedimento licitatório para escolha de empresa ou profissional de psicologia pelo Município de São Valentim, sem que fossem seguidas todas as formalidades legais. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela:** 262) Processo n. IC.00913.00014/2014: Objeto: irregularidades no processo de contas da Rádio Municipal, no exercício de 2009. Partes: Paulo Sérgio Moraes e Jaime José de Carli. Local: Tenente Portela/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vera Cruz:** 263) Processo n. IC.00928.00010/2007: Objeto: identificar possíveis irregularidades na ocupação de área de segurança no entorno das linhas de transmissão de energia elétrica na Travessa Becker, interior de Vera Cruz/RS. Investigado: Osmar da Silva. 264) Processo n. IC.00928.00016/2007: Objeto: identificar possíveis irregularidades na ocupação de área de segurança no entorno das linhas de transmissão de energia elétrica em Linha Henrique D'Ávila, interior de Vera Cruz/RS. Investigado: Evandires da Silva. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 265) Processo n. IC.00931.00075/2013: Objeto: apurar a demanda reprimida para consultas cardiológicas, tendo como investigados o Município de Viamão e o Estado do Rio Grande do Sul. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de março de 2018.
MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO SUPERIOR – DIREITO

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
DIVULGAÇÃO LOCAL DE PROVA

EDITAL N. 02/2018 – ARROIO GRANDE

A PROMOTORA DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARROIO GRANDE, responsável pelo processo seletivo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Provimento n. 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE**:

I - TORNAR PÚBLICA a homologação das inscrições para o processo seletivo de estagiários de nível superior do curso de Direito para atuarem junto à **Promotoria de Justiça de Arroio Grande**, conforme Anexo I.

II – DIVULGAR informações referentes à realização da Prova, conforme segue:

- Data:** 15/03/2018 (quinta-feira);
- Local:** Sede da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul (Rua Joaquim Maria da Conceição Filho, n. 05, Arroio Grande);
- Horário de Realização:** das 09:30 às 12:00 horas];
- Documentação necessária:** comprovante de inscrição, documento oficial de identidade com foto e caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

III – RESSALTAR que durante a realização das provas não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (*bip, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, mp3 player, ipod, ipad* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.]

Arroio Grande, 12 de março de 2018.

CRISTIANE MARIA SCHOLL LEVIEN,
Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande,
Responsável pelo Processo Seletivo.

ANEXO I

EDITAL n. 02/2018 – ARROIO GRANDE

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Nome do Candidato	N. Inscrição
EDUARDA BENITO PERES	01
MIDORY SANTOS DA SILVA	02
YURI FERREIRA	03
CARLOS ODAIR SOARES RIBEIRO	04
ROSIANE TAVARES MOARES	05
LAISA MARIA NEVES DA SILVA	06
NICOLLAS DE BRITTO CUNHA VA DER EIJK	07